REVISTA IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO I - NÚMERO 2 - BIMESTRAL - NOVEMBRO 2005 - R$ 6,00
www.ibefrio.org.br

Elena Landau
fala do país, da economia e da crise

Entrevista: Gustavo Franco

Merval Pereira comenta bastidores da política

Armando Castellar critica otimismo

Condorcet Rezende: pandemônio tributário

IBEF
Rio de Janeiro

90 Anos no Brasil*

*connectedthinking

© 2005 PricewaterhouseCoopers. PricewaterhouseCoopers refere-se ao conjunto global de firmas PricewaterhouseCoopers, cada uma delas constituindo uma pessoa jurídica separada e independente. *connectedthinking é marca registrada da PricewaterhouseCoopers.
Fotos: Marcio Scavone (retratos) e Régis Filho

A PricewaterhouseCoopers está completando 90 anos de atuação no Brasil. Desde a abertura do nosso primeiro escritório no Rio de Janeiro, em 1915, mantemos o mesmo compromisso com a **independência** e a **integridade**, atributos que permeiam a **qualidade** de nossos serviços.

Hoje, estamos presentes em 13 cidades, com uma equipe de 2.500 profissionais altamente qualificados, que atuam nas áreas de:

- **Auditoria**
- **Consultoria tributária**
- **Gestão de riscos e governança**
- **Organização e gestão de capital humano**
- **Efetividade operacional e de processos**
- **Terceirização** - contábil, fiscal e RH
- **"Corporate Finance"** - avaliação e reestruturação de empresas e de dívidas, "project finance", parcerias público-privadas e assessoria em litígios e investigações.

Trabalhamos para criar valor e garantir a sustentabilidade dos negócios para nossos clientes e "stakeholders".

www.pwc.com/br

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Índice

Editorial - *Roberto Lima Netto* 03

Nacional - *Elena Landau fala do país, de economia e da crise política* 04

Panorama Econômico - *Otimismo, mas até onde? - por Armando Castelar Pinheiro* 10

Entrevista - *Gustavo Franco* 12

Opinião - *Principais causas do pandemônio tributário brasileiro - por Condorcet Rezende* 18

Opinião - *Tudo pela reeleição - Merval Pereira* 22

Balanço Rio - *Urbanismo - Vereador defende urbanismo sustentável* 24

Balanço Rio - *Petróleo - No rumo da auto-suficiência* 26

Balanço Rio - *Responsabilidade Social no Rio de Janeiro* 30

Jurisprudência e Informes Normativos - *por Ricardo Pieri* 34

Balanço Rio - *Turismo - Resgatar para avançar: mãos à obra - por Sávio Neves* 36

Day Trade - *Informes financeiros* 38

Perfil Corporativo - *Light* 40

Auditoria e Contabilidade

Auditores: agentes importantes para credibilidade do mercado - por Henrique Luz 45

Expediente 47

Opinião - *A força do mercado de capitais - por Luiz Leonardo Cantidiano* 48

Editorial

O segundo número da ***Revista IBEF*** *chega às mãos do leitor com o mesmo compromisso estabelecido na sua edição inaugural: ser um espaço editorial para a discussão de temas relevantes para o nosso estado. Entre artigos, reportagens e entrevistas, o foco é relatar e debater os movimentos da economia fluminense. Evidentemente que por se tratar de uma unidade da federação da importância do Rio de Janeiro, muitas vezes, esses assuntos também serão de interesse nacional.*

A matéria de capa é com a economista ***Elena Landau****. Conhecida por sua participação nos processos de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, recebeu nossa reportagem em seu escritório e falou sobre como a crise política afeta os rumos da economia e nos deu sua opinião sobre taxa de juros, privatização, campanhas eleitorais e as últimas administrações da cidade do Rio de Janeiro.*

Nessa edição temos a presença de vários articulistas. Entre eles, destaca-se a presença de um dos nossos conselheiros editoriais, ***Luis Leonardo Cantidiano****, que escreve sobre o mercado de capitais, mostrando seu otimismo com o crescimento da captação de recursos no último período.*

Outra contribuição importante é de ***Henrique Luz****, sócio da PricewaterhouseCoopers. Ele destaca a atuação dos auditores para aumentar a credibilidade dos mercados.* ***Condorcet Rezende****, sócio da Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, escreve sobre o que ele chama de "pandemônio tributário brasileiro". O professor* ***Armando Castelar****, do IPEA, questiona a atuação do governo federal.*

O entrevistado desse mês é ***Gustavo Franco****. Economista com passagem pela presidência do Banco Central, ele faz uma análise contundente do atual momento do país, levantando seus pontos negativos e positivos. O Perfil Corporativo desse número é sobre a* ***Light****, empresa centenária com atuação destacada de apoio ao desenvolvimento de nosso estado.*

Na estréia da nossa seção Balanço Rio, que irá tratar de temas que são destaque em setores estratégicos da economia fluminense, o vereador ***Luiz Antônio Guaraná*** *fala sobre questões urbanísticas e seus projetos para estimular a expansão responsável da construção civil na cidade. O setor de petróleo, grande responsável pelos índices de crescimento do estado, é analisado por importantes agentes do mercado. O turismo também é contemplado em artigo de* ***Sávio Neves****, que conclama a população a contribuir para estimular esse importante setor para a cidade, o estado e o país.*

Convidada especial dessa edição a jornalista ***Vilma Goulart*** *assina uma reportagem sobre como as práticas de responsabilidade social estão integradas às estratégias das grandes companhias. Na coluna Day Trade, notícias curtas sobre as principais empresas do Rio de Janeiro. O advogado* ***Ricardo Pieri*** *analisa os últimos decretos de interesse do nosso leitor.*

Com mais essa edição, a Revista IBEF espera contribuir de uma maneira positiva para o desenvolvimento de nosso estado trazendo para a discussão a opinião de grandes profissionais em artigos e reportagens que nos fazem refletir sobre diversos e importantes assuntos de interesse para cariocas e fluminenses que investem, produzem e moram no Rio de Janeiro.

Roberto Lima Netto

Elena Landau fala do país, de economia e da crise política

Para conversar sobre a crise política e como ela afeta os rumos da economia, a Revista IBEF foi conversar com a economista Elena Landau. Conhecida por sua participação nos processos de privatização no governo Fernando Henrique, Elena é famosa também pela sua eloqüência. Basta levantar um tema para ela ir colocando suas opiniões. Na nossa conversa os assuntos surgiram naturalmente e, com sua habitual sinceridade, ela foi mostrando seu pensamento sobre questões polêmicas que envolvem economia, taxa de juros, privatização, campanhas políticas e o Rio de Janeiro.

Botafoguense, carioca, formada pela PUC-RJ, Elena nos contou o que pensa sobre esses assuntos e um pouco sobre sua trajetória politica e profissional. Com bom humor lembra que em 1989 fez campanha para Lula, mas logo depois aderiu ao PSDB de Mário Covas por acreditar que a excessiva presença do Estado na economia atrapalhava o desenvolvimento do Brasil. Atualmente é consultora econômica do escritório de advocacia de Sérgio Bermudes. Abaixo, veja os principais trechos da entrevista.

"A sociedade está esperando a reforma política. Na minha opinião, ela deveria ter sido feita pelo governo anterior assim que assumiu, porque tinha legitimidade e maioria clara no Congresso."

A CRISE E A ECONOMIA

Ainda é muito cedo para dizer se essa crise política e seus desdobramentos afetarão ou não a economia. Como o programa econômico tem sido consistente e o Banco Central e o Ministério da Fazenda estão agindo independentemente do que está acontecendo nas investigações das CPIs, a economia está isolada desse problema. O mais importante é que o Brasil fez uma transição para um tipo de macroeconomia que, de certa forma, é mais resistente às questões de uma crise como essa. A taxa de câmbio flexível, as metas de inflação estáveis e a busca pelo equilíbrio fiscal não foram abandonadas na crise política. O governo não pode, na tentativa de ter o apoio da população, com atitudes demagógicas, afastar-se dessa agenda e começar a baixar as taxas de juros, impondo uma mudança que seja incompatível com o programa de metas inflacionárias ou elevar os gastos públicos. Se de alguma forma ele desvalorizar o câmbio para

agradar os exportadores, também teremos problemas. Mas não estamos vendo nada disso. Pelo contrário, o núcleo econômico continua com seu tripé: câmbio flexível, política fiscal e metas inflacionárias.

deveria ter sido feita pelo governo anterior assim que assumiu, porque tinha legitimidade e maioria clara no Congresso. Se continuar o mesmo sistema de representação, esses problemas podem acontecer

O financiamento público de campanhas é muito complicado. Um país que tem a restrição fiscal e as demandas que o Brasil tem, o que é mais importante, permitir uma melhoria de salários de professores e médicos ou financiar campanha política?

AGENDA PARADA

Eu acho que a pior percepção dos agentes econômicos não está na questão macroeconômica de curto prazo, está na paralisia do Congresso Nacional e da política. Está na incapacidade do governo de dar prosseguimento ao seu programa de reformas. De hoje até a eleição, a sensação é de que nada passa e nada se vota. Isso é ruim, pois ainda há uma agenda a ser discutida e implementada. Você junta a crise que afetou o partido do governo e a base aliada com a renúncia do presidente da Câmara e percebe que o Congresso Nacional precisa se reconstruir para que apareça uma liderança que tenha legitimidade e um bom relacionamento com o governo e, dessa forma, se retome as pautas que são importantes para o país. Enquanto isso não acontecer, os agentes econômicos ficarão na defesa e os investimentos serão adiados. Essa é a maior conseqüência da crise.

REFORMA POLÍTICA

Já tivemos crises graves como o *impeachment* do Collor, em 92. As instituições reagiram bem, apesar do Brasil ser uma democracia muito jovem. Quer dizer, o país mostrou e continua mostrando que está maduro. O que a gente tem que fazer é construir um sistema político que evite as crises. A sociedade está esperando a reforma política. Na minha opinião, ela

novamente. Não estou justificando os métodos que foram usados, muito pelo contrário. Mas, o fato é que tem que haver uma discussão séria sobre o sistema político, pois nenhum presidente eleito, mesmo que tenha maioria, vai estar imune ao que aconteceu se quiser obter maioria no Congresso com um quadro partidário tão fragmentado. Nenhum governante, mesmo que não tenha mensalão envolvido, vai conseguir governar sem fisiologismo. Reforma política para mim é essencial.

REFORMA DO ESTADO

Eu gostaria de chegar a um ponto em que tivéssemos uma carreira pública estável no Estado brasileiro, onde as agências reguladoras pudessem ser nomeadas pelo critério técnico, assim como os dirigentes das empresas estatais. Nós precisamos – e eu sei que é um pouco utopia – garantir que quem chega no alto escalão seja indicado de forma técnica. E o que vem acontecendo no Brasil ultimamente é que, desde o baixo escalão até os cargos de chefia, todos estavam sendo indicados de forma política. Você perde a memória dos processos, a técnica e a expertise que a pessoa adquiriu. Os reflexos na economia são variados: diminuiu a produtividade e a certeza de como certas questões vão andar. Não se tem mais segurança regulatória, nem convicção das decisões do corpo burocrático.

O GOVERNO LULA E A AGÊNCIAS REGULADORAS

É preciso respeitar as decisões das agências reguladoras que são aqueles que possuem a capacidade técnica. O governo do Lula começou torto nesta área quando tentou ter maior interferência nas agências reguladoras, trazendo-as de volta para a órbita do Executivo. A reação da sociedade foi tão forte, que isso não foi adiante. Se a agência reguladora precisa definir uma norma que vai afetar o usuário de energia elétrica e de comunicação, por exemplo, ela precisa ter algum poder normativo, porque se for depender de um projeto de lei para que aquilo aconteça, não acontece nada. Também têm que ter independência e autonomia nas questões técnicas, como, por exemplo, fazer respeitar os contratos de concessão. Alguma dose de intervenção na economia a gente já esperava num governo do PT, devido à sua própria concepção de Estado. Quem se surpreendeu com isso, foi à toa. O que não se pode é querer controlar as agências e acabar com a carreira pública. Foram contra essas coisas que a sociedade reagiu. Boa parte da crise política foi uma reação a essa concepção de Estado. Dessa excessiva forma de controlar.

CAMPANHAS POLÍTICAS

O financiamento público de campanhas é muito complicado. Um país que tem a restrição fiscal e as demandas que o Brasil tem, o que é mais importante, permitir uma melhoria de salários de professores e médicos ou financiar campanha política? Tem um economista americano muito polêmico chamado Milton Friedman, monetarista da Escola de Chicago, considerado de direita, que tem umas posições muito interessantes. Ele fala que as doações de campanha deveriam ser feitas só por pessoas físicas e não jurídicas. Ele tem uma série de argumentos, mas o principal é que se uma pessoa jurídica faz uma doação, implicitamente, ela vai esperar uma reciprocidade. Nos EUA, a profissão de lobista é regulamentada e não tem essa conotação negativa que tem no Brasil. Então, as pessoas jurídicas financiam seus lobistas de forma transparente. Os interesses existem e não

há como evitá-los. Impedir a participação de pessoas jurídicas, por sua vez, também não vai impedir que, de fato, elas contribuam com o caixa 2 de alguma campanha. Assim como a Receita Federal busca sinais exteriores de riqueza e utiliza a CPMF para colocar uma pessoa sob investigação, pode usar o mesmo critério para perceber se determinada campanha recebeu mais dinheiro do que declarou.

TAXA DE JUROS

Você quer saber minha opinião se a taxa de juros deve baixar ou não? Essa pergunta vale um milhão de dólares. Mesmo os mais graduados economistas, às vezes da mesma escola, têm visões e respostas diferentes para essa questão. Um grupo diz que ela é alta porque no passado o Brasil deu muito calote e as pessoas não têm confiança no país e, por isso, temos que pagar um prêmio de risco elevado para que essa taxa realmente continue possibilitando nos financiarmos no nível que precisamos. Há aqueles que

têm uma percepção boa do Brasil, pois acreditam que o país não vai mais dar calote, mas defendem que a solução do problema está nas reformas microeconômicas, como a questão da plena conversibilidade da moeda e o custo do sistema jurídico brasileiro. Esse assunto tem sido estudado por vários advogados que trabalham com direito econômico, pois há uma insegurança muito grande sobre as decisões judiciais, principalmente aquelas que envolvem crédito e taxa de juros.

CONVERSIBILIDADE

O BC chegou a fazer algumas mudanças recentemente sobre a questão da conversibilidade, mas tinha um segundo passo que não foi dado por causa da crise política. Era discutir as questões que envolvem o repatriamento de capitais, mesmo sem saber sua origem. Depois que as CPIs levantaram que parte do dinheiro movimentado está no exterior, dificilmente essa discussão vai prosseguir. O senador Delcídio Amaral sempre fala que é a grande função da CPI dos Correios, que ele preside, é descobrir a origem dos recursos. Então, dificilmente essa questão de repatriamento vai avançar. Mas há outras ações de conversibilidade que também precisam de debate. Por exemplo, se os recursos das exportações precisam ser internalizados imediatamente. A crise política vai afetar o encaminhamento dessas pautas, pois há por trás uma discussão ideológica muito forte. Há pessoas que acham que a plena conversibilidade é uma forma de abrir demais e permitir que recursos de origem duvidosa saiam do país e que, por isso, deve-se aumentar o controle sobre a movimentação de capitais. Então, você entra numa discussão ideológica que não tem fim.

REGULAÇÃO X JUDICIÁRIO

As questões da melhoria do marco de regulação e da segurança jurídica são muito importantes. Se uma empresa tiver o litígio sobre determinado papel decidido na corte de NY, paga um prêmio de risco menor do que se ela tivesse o mesmo processo mediado pelo jurídico brasileiro. No código civil anterior, o devedor tinha taxa de juros menor que a fazenda pública. No sistema financeiro, onde se consegue o crédito, tinha-se uma sensação de que havia uma proteção ao devedor. Por exemplo: quem empresta não tem segurança ou garantia de que vai receber uma hipoteca de casa, porque o sistema constitucional brasileiro defende a dignidade da pessoa humana e, entre os critérios, está o direito à moradia. São conflitos de interesse que resultam numa situação até engraçada porque ao não se desenvolver um sistema de hipoteca ou de financiamento de habitação, as pessoas não conseguem ter casa própria. Ou seja, continuam dependendo da intervenção do Estado para lhes oferecer crédito subsidiado. Outro problema é que o Judiciário está tentando legislar. Quando um juiz diz que não aceita um contrato de concessão como foi assinado e quer que ele seja indexado ao IPCA, mudando cláusulas importantíssimas, está legislando e interferindo numa

O Judiciário está tentando legislar. Quando um juiz diz que não aceita um contrato de concessão como foi assinado e quer que ele seja indexado ao IPCA, mudando cláusulas importantíssimas, está legislando e interferindo numa área que não é dele.

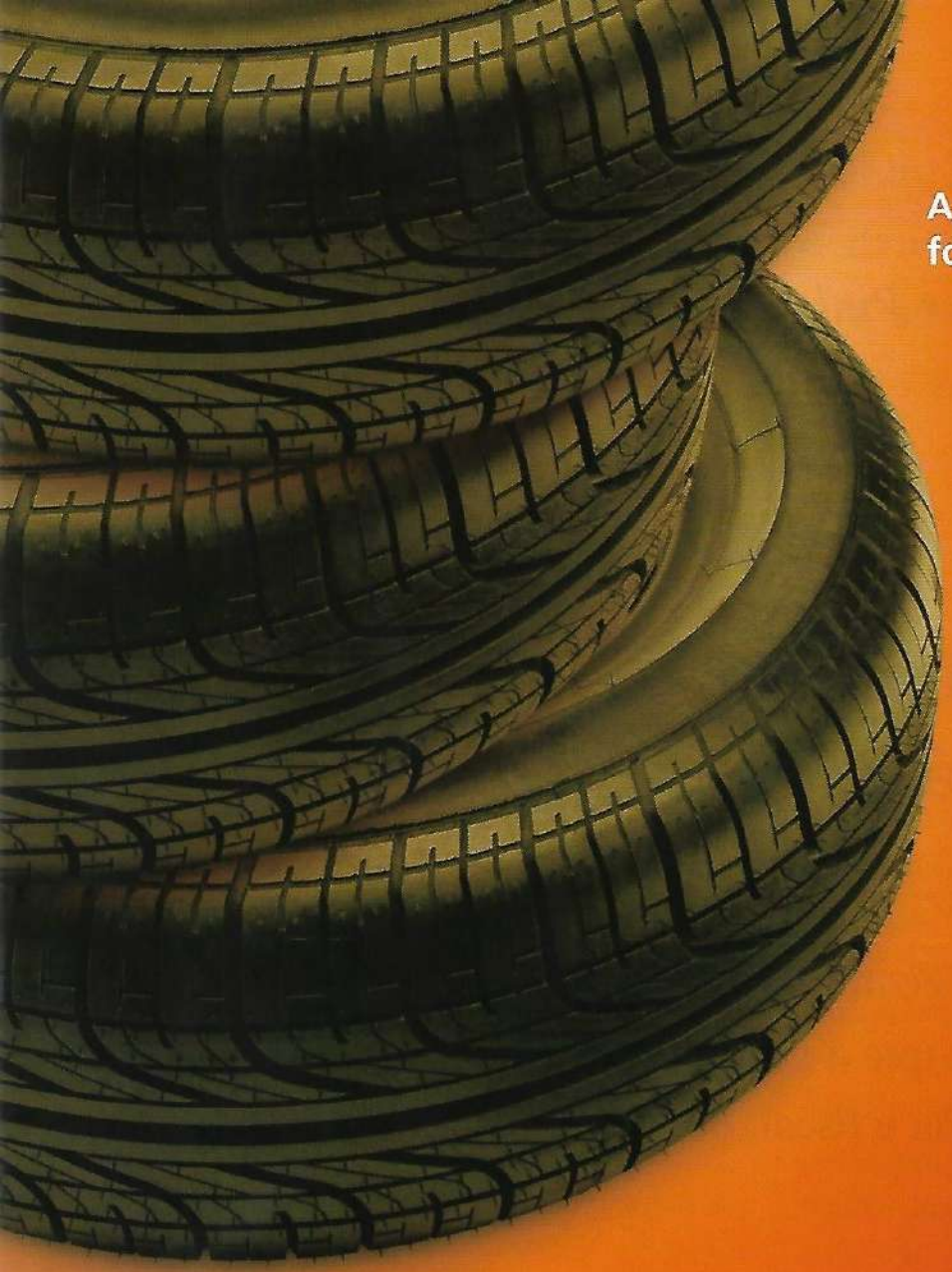
área que não é dele. O Judiciário tem que resguardar a legalidade do ato, mas não o mérito administrativo. Isso acontece muito nas instâncias inferiores. O Supremo Tribunal de Justiça tem defendido os contratos e a independência das agências. É um aprendizado. A ação civil pública veio com a democracia e o entendimento do consumidor vem se aprimorando. Enquanto se aprende, algumas vítimas vão ficando pelo caminho. E algumas empresas que investiram, estão perdendo dinheiro no Brasil. Se queremos atrair investimentos, temos que dar a garantia que as regras do jogo serão preservadas.

PRIVATIZAÇÃO

Eu não fui para o governo para trabalhar com privatização. Cheguei para ser assessora do presidente do BNDES e comecei a ver as questões de concentração de um grande número de gente empregada nos prédios de administração e não nas sedes operacionais e a quantidade de cabides de emprego. Percebi que aquilo impedia que as empresas estatais trabalhassem livres de influência política. Em qualquer governo, liberal ou não, é quase impossível que uma estatal não seja usada politicamente. Já me perguntaram se eu fui trabalhar com a privatização porque eu seria neoliberal. Nem sei o que é ser neoliberal. Acredito na privatização como instrumento de reforma do Estado, pois acredito que ele não deve estar na produção de fertilizante, na petroquímica e na distribuição de energia elétrica, por exemplo. A visão de que Estado tem que ser intervencionista não é mais dominante no Brasil. Tirando núcleos pequenos de representação, a população não quer mais isso. A discussão da presença do Estado está sendo questionada até em setores que eram considerados tabus, como a saúde e a educação. Isso acontece porque a questão da universalidade é uma idéia bonita, mas, na prática, quando todo mundo tem direito, ninguém tem, especialmente quando faltam recursos públicos, mesmo com a elevadíssima carga tributária que temos.

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A questão do Rio é tridimensional: municipal, estadual e federal. Há uma falta da presença do poder público em todos os níveis. Acho o município absolutamente abandonado. Só vou acreditar em um prefeito quando ele transformar a Avenida Atlântica no que ela deve ser. Não posso admitir que a rua mais linda do mundo tenha camelotagem, carro estacionado em cima da calçada e boate de prostituição infantil. Se é assim na Zona Sul, numa área nobre da cidade, imagine como está o resto do município. É um desprezo pelo Rio. A privatização de espaços públicos é indesculpável. Os cariocas já perderam a areia das praias para todo e qualquer tipo de evento e estão perdendo as calçadas para caminhar. A questão ambiental só vale para os ricos. Os morros do Rio estão destruídos. A falta de segurança domina todos os outros temas e a gente vai se esquecendo de como era bom ser carioca. Os governantes abriram mão do planejamento, da urbanização e do estatuto das cidades. Quer dizer, a demagogia fez o Rio ficar abandonado. O prefeito deveria ser aquele cara que mantém a cidade bonita, a vegetação cuidada e as coisas organizadas, quer dizer, é uma espécie de síndico. Quando o prefeito desanda a falar das questões nacionais, começa também o agravamento dos problemas locais.



A sua empresa
fornece matéria-prima?

Fabrica o pneu?

É uma loja de autopeças?

PUBLICIS BRASIL

Bradesco Empresas. Não importa a área de atuação, nós temos soluções de crédito para acompanhar o crescimento da sua empresa.

O Bradesco Empresas é um Banco completo, especializado nos negócios da sua empresa. Não importa em qual fase da cadeia produtiva ela se encaixe nem o seu ramo de atividade. **Você sempre vai encontrar uma solução de crédito adequada**, pensada para cada tipo de necessidade. Além de todo o suporte de um Banco completo: agências, gerentes, produtos e serviços exclusivos para pessoa jurídica. Conheça o Bradesco Empresas. E tenha um Banco tão exclusivo quanto a sua empresa.

Bradescompleto

Empresas

www.bradescoempresas.com.br

Um Bradesco exclusivo para a sua empresa.

Panorama Econômico

*Armando Castelar Pinheiro**

Otimismo: mas até onde?

Os bons resultados econômicos colhidos neste momento fortalecem a visão de que a gestão da economia, em especial das políticas monetária e fiscal, deve ser despolitizada.

Otimismo. Este é o sentimento que sobressai das análises econômicas e dos movimentos do mercado há algumas semanas, com tudo para aprofundar-se e alastrar-se nos próximos meses. Não seria isso tão surpreendente, não fosse o país estar passando por uma série crise política e aproximando-se de eleições que, em dependendo do desfecho da crise, podem ter resultados imprevisíveis. O que se vê, porém, é a bolsa batendo recordes e o real se valorizando em meio a renúncias e cassações.

Dois fatores principais explicam esse quadro. Primeiro, não ser a crise sobre a política econômica, como ocorreu em 2002. Pelo contrário, os bons resultados econômicos colhidos neste momento fortalecem a visão de que a gestão da economia, em especial das políticas monetária e fiscal, deve ser despolitizada, ficando acima das disputas ideológicas e entre partidos. Este será um dos maiores benefícios da crise atual. Segundo, o momento muito favorável ao Brasil por que passa a economia mundial, com melhoria de nossos termos de troca, forte demanda por nossos produtos e farta oferta de financiamento.

Reconhecer a significativa influência do ambiente externo no bom momento por que passa a economia brasileira é um primeiro passo para dosar o

De fato, ainda que estejamos crescendo mais rapidamente do que nas duas últimas décadas, o Brasil tem um dos piores desempenhos entre os emergentes, e no seu novo World Economic Outlook o FMI prevê que isto se repetirá neste e no próximo ano.

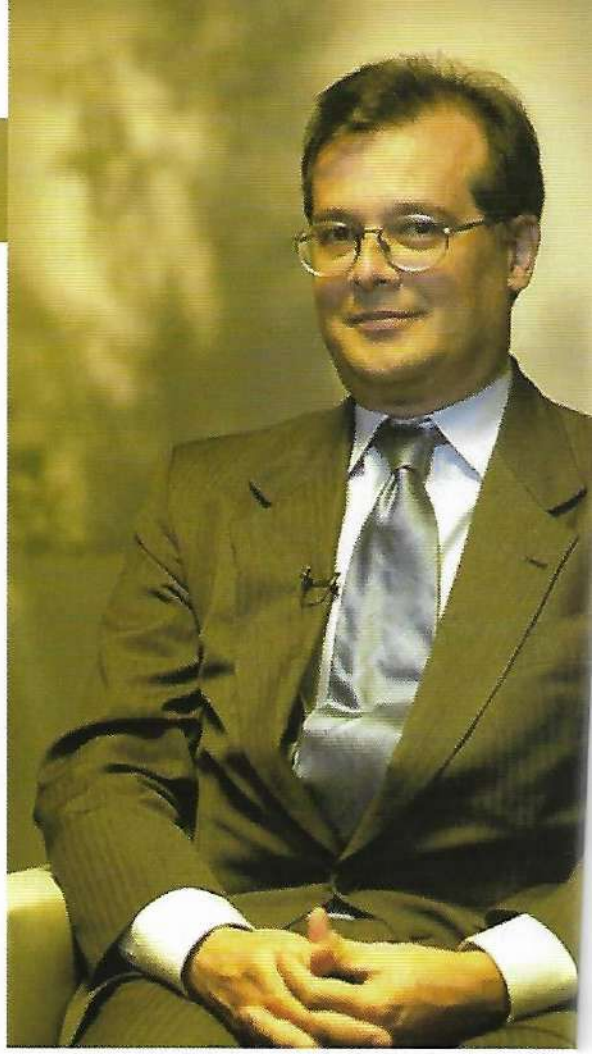
otimismo. De fato, ainda que estejamos crescendo mais rapidamente do que nas duas últimas décadas, o Brasil tem um dos piores desempenhos entre os emergentes, e no seu novo *World Economic Outlook* o FMI prevê que isto se repetirá neste e no próximo ano. As previsões de médio prazo do mercado também continuam apontando um teto de crescimento da ordem de 3,5% para o PIB brasileiro. Neste sentido, não deixa de impressionar que, com tanta carência de investimentos, o Brasil vá este ano outra vez exportar poupança, algo da ordem de 2% do PIB, ou mais. Tudo indica que o otimismo de curto prazo ainda não contaminou as decisões de expansão da capacidade produtiva, muito provavelmente pela ausência de um ambiente micro-institucional que favoreça o investimento. E neste aspecto a crise tem, sim, prejudicado a economia, encurtando horizontes e impedindo que se avance com as reformas de que o país depende para elevar o seu potencial de crescimento. E a hora de fazê-lo é agora, quando o bom momento da economia mundial torna tudo mais fácil. Esperar pode nos fazer perder, mais uma vez, a chance de encarar também o médio prazo com otimismo.

Tudo indica que o otimismo de curto prazo ainda não contaminou as decisões de expansão da capacidade produtiva, muito provavelmente pela ausência de um ambiente micro-institucional que favoreça o investimento.

** Pesquisador do Ipea e professor do Instituto de Economia da UFRJ*

Entrevista

Gustavo Franco



Gustavo Franco é bacharel e mestre em economia pela PUC/Rio de Janeiro, e *Master of Arts* (M. A), em 1985, e *Philosophy Doctor* (Ph.D), em 1986, pela Universidade de Harvard. Foi professor, pesquisador e consultor em assuntos de economia, durante 1986-93, especializando-se em inflação, estabilização e economia internacional. Em seguida, no serviço público, durante 1993-99, foi secretário-adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda, diretor de assuntos internacionais e presidente do Banco Central do Brasil. Teve participação central na formulação, operacionalização e administração do Plano Real, entre outras atividades.

Após passar o ano de 1999 lecionando na universidade, fundou a Rio Bravo Investimentos (2000) empresa de serviços financeiros, especializada na gestão de ativos alternativos, securitizações assessoria estratégica em finanças corporativas. Participou e participa de diversos conselhos d administração, consultivos e de eventos corporativos como palestrante.

O economista conversou com a revista do IBEF sobre política monetária, contas públicas e economi mundial. Deixou bem claros suas opiniões sobre juros, déficit, inflação, carga tributária e outr assuntos. A seguir os principais pontos da entrevista divididos por temas.

POLÍTICA MONETÁRIA

Revista IBEF: Em recente artigo, o senhor nos lembra que "fomos os campeões mundiais de inflação e somos os campeões mundiais de juros". Trocamos um problema pelo outro?

Gustavo Franco: É verdade. A bactéria é a mesma, bem menor, é claro, e mais resistente aos antibióticos do passado. Mas essencialmente continuamos com o mesmo problema de finanças e crédito público, apenas duas oitavas abaixo. Em vez de inflação elevada, o efeito da doença é juros anormalmente altos.

Revista IBEF: No mesmo artigo, o senhor sug que nem a inflação, nem os juros são inerciais. causas são comuns? Elas seriam as contas do gove ou sua falta de vontade política?

Gustavo Franco: A idéia do processo "inercial", n caso como no outro, traduz o desejo de não identificar uma "causa fundamental" para o proble e de se acreditar em Papai Noel, ou que a inflaçã os juros altos não têm causas fundamentais, são a hoje, porque foram altos ontem, e que tudo se res com "vontade política", um ato de corage

A Light ingressa no Novo Mercado Bovespa. Porque onde há ação, tem que haver muita energia.

Transparência, eficiência, respeito aos clientes e à sociedade. São características da Light. São também qualidades exigidas para participar do Novo Mercado Bovespa, que se caracteriza pela adoção das mais avançadas práticas de governança corporativa. A mesma confiança e a mesma segurança que a Light - empresa do grupo internacional EDF - inspira a seus 3,5 milhões de clientes, constitui neste momento uma sólida opção para os investidores da Bovespa. A LIGHT na BOVESPA. Uma nova alternativa no Novo Mercado.

NOVO MERCADO
BOVESPA - BRASIL

Light

"Os juros altos não tem causas fundamentais, são altos hoje, porque foram altos ontem, e que tudo se resolve com vontade política, um ato de coragem e desprendimento. Se fosse assim fácil, já teria sido feito."

desprendimento. Se fosse assim fácil, já teria sido feito. Infelizmente não é possível ficar com o dinheiro e com o almoço ao mesmo tempo.

Revista IBEF: Estamos perto de diagnosticar e curar os males da inflação que ainda persiste alta (acima dos níveis internacionais) em um país de juros reais tão altos?

Gustavo Franco: Sim e não. Aprendemos muito sobre grandes inflações, mas pouco sobre as pequenas, como a que temos hoje. Depois de 15 anos de hiper, nos desinteressamos de estudar inflações pequenas, abaixo de 10% ao ano. A natureza é um tanto diversa, e o combate a este tipo de inflação envolve fenômenos que outrora tomávamos como sutilezas. Coisas como o crescimento da produtividade, os subsídios cruzados em preços públicos, os impactos da volatilidade cambial sobre o custo de insumos importados e dívidas em dólar são fatores que podem explicar 3%,quem sabe 5% de inflação anual acima do *core inflation*. Nunca prestamos atenção nisso, e não é exatamente muito eficiente conter este tipo de inflação via juros altos.

"Depois de 15 anos de hiper, nos desinteressamos de estudar inflações pequenas, abaixo de 10% ao ano."

Revista IBEF: A "reconstrução da moeda e suas instituições" foi o maior desafio econômico brasileiro ou ainda temos trabalhos mais complicados pela frente?

Gustavo Franco: Foi um enorme desafio, ainda não inteiramente vencido. Mas infelizmente está longe de ser o único. A reinvenção do crescimento sob condições de responsabilidade fiscal e com eqüidade distributiva ainda está em aberto.

Revista IBEF: A autonomia do Banco Central é a pedra angular de uma boa condução da política monetária?

Gustavo Franco: É um elemento importante, importantíssimo diante de nossa história passada, mas não é tudo. É parte da "reconstrução institucional da moeda", talvez um elemento emblemático, necessário mas não suficiente para garantir a estabilidade e o crescimento.

CONTAS PÚBLICAS

Revista IBEF: Em recente entrevista o professor Milton Friedman, ao ser perguntado sobre déficit zero disse: "Não me preocupo com orçamento equilibrado e sim com orçamento pequeno". Seria este o nosso principal problema macroeconômico?

Gustavo Franco: Friedman fala de uma nação que já ultrapassou há anos o desafio de entender que os orçamentos devem ser equilibrados, de modo que enxerga o que para nós será o próximo passo, uma vez que deixemos para trás o problema do déficit, a

saber, o debate sobre o tamanho do Estado. Creio que o debate já está posto, a julgar pela força da oposição a aumentos adicionais na carga tributária (vide MP 132). É a partir desta resistência que começa o processo de compressão do gasto público.

ECONOMIA MUNDIAL

Revista IBEF: A economia mundial está com uma liquidez muito forte. O Brasil está sabendo aproveitar este momento?

"Nosso orçamento tem os vícios do tempo da inflação, pois é feito não para restringir o gasto à receita existente, mas para listar tudo o que for meritório, não importando se não existir dinheiro para executar."

Revista IBEF: É verdade que um país que tem uma carga tributária tão alta e ainda precisa se endividar tem problema de despesa e não receita? Precisamos de uma reforma orçamentária?

Gustavo Franco: Com certeza. Nosso problema é a despesa, ou mais precisamente orçamentos irreais que recriam continuamente um nível de despesa impossível, não importando o nível da carga tributária. Tudo se passa como se o governo perseguisse uma meta móvel, ou seja, a cada novo recorde de arrecadação, nos deparamos com mais e mais desejos de gasto público. Nosso orçamento tem os vícios do tempo da inflação, pois é feito não para restringir o gasto à receita existente, mas para listar tudo o que for meritório, não importando se não existir dinheiro para executar.

Revista IBEF: As outras reformas têm valor ou é preciso primeiro arrumar a casa?

Gustavo Franco: É claro que têm imenso valor, e sua realização se confunde com "arrumar a casa". Na verdade, arrumar a casa é fazer as reformas que todos sabemos quais são (previdência, tributária, trabalhista, e mais a retomada da privatização). Sem as reformas, o que temos são políticas que permitem a convivência com problemas que prejudicam a saúde do organismo econômico, e conseqüentemente o seu crescimento.

Gustavo Franco: Em boa medida sim, mas poderíamos estar aproveitando muito mais, caso o governo fosse mais sinceramente simpático às políticas pró-mercado que são essenciais para cativar potenciais investidores no país.

Revista IBEF: Quais os principais interesses e receios de um investidor no Brasil?

Gustavo Franco: Os interesses estão em que o Brasil tenha um ambiente de negócios sadio e consistente com os paradigmas internacionais e que tenha em vista que, se aqui os negócios forem atravancados, o sujeito vai para a Índia, China ou Rússia. O mundo é vasto, a concorrência enorme. Os receios específicos são os de sempre, todos sabemos que são os mesmos temores que apavoram os investidores locais. Existe ainda o medo específico de o país "estacionar", ou ver-se incapaz de andar com as reformas.

Revista IBEF: O "custo Brasil" seria mais baixo a partir de que mudança: diminuição dos compromissos externos do governo, aumento nos fluxos de divisas estrangeiras ou reformas interna (a chamada agenda microeconômica)?

Gustavo Franco: O "custo Brasil" se resolve com reformas microeconômicas internas (tributária, trabalhista, desregulamentação, privatização,

abertura, defesa da concorrência, etc) conforme já vimos funcionar. O "risco Brasil" diminui principalmente com progressos na área do crédito público (finanças e dívida pública) e também com a solidez das contas externas. Não existe um único fator que resolva um problema sistêmico, que é o da nossa competitividade.

investimento gera de 4 a 6 dólares de ativos no país, conforme demonstrado pelos dois censos do Capital Estrangeiro no Brasil. Existe um viés antigo e errado de se olhar o IDE apenas e tão somente através de seu impacto cambial: entradas menos repatriações menos remessas de lucros, com isso ignorando-se tudo o que as empresas estrangeiras geram e produzem no Brasil,

"O risco Brasil diminui principalmente com progressos na área do crédito público (finanças e dívida pública) e também com a solidez das contas externas."

Revista IBEF: O senhor defendeu recentemente em artigo que o IDE no Brasil devem ser considerados "ativos estratégicos" invés de "passivos externos". No que se baseia sua afirmação?

Gustavo Franco: A afirmação busca enfatizar que o IDE é bom para o Brasil, por que cada um dólar de

que hoje ultrapassa 20 % do PIB. Portanto, tratar o IDE como parte do "passivo externo" me parece uma daquelas tolices preconceituosas de antigamente; qualquer economista e/ou contador sabe a diferença entre passivo exigível e não exigível, qualquer empresário sabe que existe diferença entre *debt* e *equity*.

A cultura de *partnership* é o nosso grande diferencial e a performance de nossa equipe nosso maior ativo.

Uma trajetória construída
com rigoroso controle de risco
e foco na preservação de capital.

Rio de Janeiro
Tel (55-21) 2588-4900

São Paulo
Tel (55-11) 3046-2000

www.pactual.com.br

PACTUAL

*Condorcet Rezende**

Principais causas do pandemônio tributário brasileiro

Para entendermos a legislação fiscal brasileira deveríamos ser filhos naturais de Pascal e Descartes. Parece-me que não bastaria. Deveríamos ser também filhos naturais de Newton e Leibnitz.

Em 1989, Alfredo Augusto Becker escreveu precioso livrinho intitulado "Carnaval Tributário", no qual adverte: "*se a exposição que o leitor lerá parecer-lhe caótica, recorde-se que eu estou procurando descrever o caos.*" Em seguida, observa que para entendermos a legislação fiscal brasileira deveríamos ser filhos naturais de Pascal e Descartes. Parece-me que não bastaria. Deveríamos ser também filhos naturais de Newton e Leibnitz. Se não, vejamos: em 29/01/2004, o presidente da República baixou a medida provisória nº 164, que dispõe sobre a incidência do PIS e da COFINS na importação. Essa MP foi convertida na Lei 10.865, de 30/04/2004. O modo de calcular-se essas contribuições é de tal forma complexo, que a secretaria da Receita Federal viu-se obrigada a baixar a instrução normativa nº 436, de 27/07/2004. Ela traz complicadas fórmulas matemáticas para permitir que os contribuintes calculem corretamente essas contribuições nas diversas operações em que incidem, inclusive na importação, quando as contribuições incidem sobre si próprias e sobre o ICMS e este sobre ele mesmo e sobre as contribuições, causando um efeito circular de incidência. A complexidade é uma primeira causa.

É inegável que as normas fiscais não podem ter a mesma estabilidade das leis civis e comerciais. Mas o ritmo em que elas são expedidas (incluindo leis, medidas provisórias, decretos e atos normativos) torna o conhecimento de seu conteúdo uma verdadeira gincana para o contribuinte. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) fez um levantamento do número de normas tributárias expedidas desde que entrou em vigor a constituição de 1988 e chegou ao inebriante número de 3.315.947, sendo: 127.338 federais, 813.735 estaduais e 2.374.874 municipais. O volume de legislação é uma segunda causa.

As leis sobre a COFINS (números 10.833, de 2003, e 10.865, de 2004), tornaram caótica a

incidência dessa contribuição, que passou a ter hipóteses de não-cumulatividade a par de casos de cumulatividade e a incidir na importação de bens e serviços, e descumpriram a lei complementar 95/98, que, além de estabelecer regras de ordem formal, dispõe que cada lei só poderá ter um objeto. Essas duas leis, além de fazerem dezenas de remissões a outras leis, tratam de diversas matérias totalmente alheias à COFINS. Leis técnicamente mal feitas é uma terceira causa. Estabelece o artigo 212 do código tributário nacional, que entrou em vigor em 1967, que: "*os poderes Executivos federal, estaduais e municipais expedirão por decreto, dentro de noventa dias da entrada em vigor dessa lei, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada um dos tributos, repetindo-se esta providência até o dia 31 de dezembro de cada ano*". Que governo cumpre essa norma do CTN? Ao que eu saiba, nenhum. A dispersão das regras normativas é uma quarta causa.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) fez um levantamento do número de normas tributárias expedidas desde que entrou em vigor a constituição de 1988 e chegou ao inebriante número de 3.315.947 normas.

E não se trata apenas do volume da legislação, mas igualmente das marchas e contramarchas nas regras que dispõem sobre a matéria fiscal. Dois exemplos notórios bastarão para mostrar essa indecisão do legislador: até o advento do decreto-lei nº 2.397, de 21/12/1987, as pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil só pagavam imposto de renda sobre os resultados provenientes de fontes nacionais. O art. 7º desse decreto-lei mandou tributar os resultados auferidos no exterior, diretamente, ou através de filiais, sucursais ou subsidiárias. Em 10/02/1988 (51 dias depois, portanto), foi expedido o decreto-lei nº 2.413, cujo art.15º revogou o art.7º do decreto-lei nº 2.397/87, excluindo, assim, da tributação os lucros auferidos de fontes do exterior mas, ao mesmo tempo, o art.8º desse mesmo decreto-lei estabeleceu a tributação desses lucros, nos exatos termos do revogado art.7º do decreto-lei anterior. Em 14/04/1988 (portanto, 64 dias depois), o decreto-lei 2.429 revogou o art.8º do decreto-lei anterior, excluindo esses lucros de tributação. Em

Reduzir drasticamente a despesa pública, pois a enxurrada de leis e atos menores em matéria tributária, na quase totalidade dos casos, visa aumentar a arrecadação para fazer face ao crescente custo da máquina administrativa.

dezembro de 1995, o art. 25° da lei n° 9.249 restabeleceu a tributação desses lucros! As repetidas mudanças legislativas são uma quinta causa.

Fato semelhante ocorreu com a legislação sobre a extinção da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária: pela lei 4.729/ 65, dava-se a extinção se o tributo fosse pago antes do início da ação fiscal própria na esfera administrativa. Pelo DL 157/67 dava-se a extinção mesmo que o pagamento ocorresse após o início da ação fiscal. A lei 6.910/ 81 excluiu os crimes de contrabando e descaminho do benefício da extinção da punibilidade. A lei 8.137/ 90 fixou a extinção para o pagamento efetuado antes do recebimento da denúncia. A lei 8.383/ 91 revogou a extinção da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária. A lei 9.249/ 95 restabeleceu a extinção da punibilidade se o pagamento fosse efetuado antes do recebimento da denúncia.

Parece-me que há seis providências urgentes para que possamos sair desse "pandemônio tributário":

1°) parar de expedir legislação sobre matéria tributária por um tempo suficiente, que permita que os contribuintes possam saber o que está em vigor e passem a efetuar o pagamento confiantes de que estão cumprindo corretamente a lei do tributo. Assim será possível também resolver os possíveis problemas que a legislação apresente.

2°) obrigar a União, os estados e os municípios a cumprir o art.212° do código tributário nacional, consolidando, em texto único, até 31 de janeiro de cada ano, toda a legislação tributária em vigor.

3°) cumprir o artigo 150 § 5° da constituição federal, fazendo-se com que todos os tributos sejam calculados "por fora", para que os contribuintes tomem conhecimento da efetiva carga fiscal que incide sobre bens e serviços.

4°) reduzir drasticamente a despesa pública, pois a enxurrada de leis e atos menores em matéria tributária, na quase totalidade dos casos, visa aumentar a arrecadação para fazer face ao crescente custo da máquina administrativa.

5°) cessar, de imediato, a cobrança de tributos já declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, seja no controle concentrado, ou no controle difuso da constitucionalidade das leis.

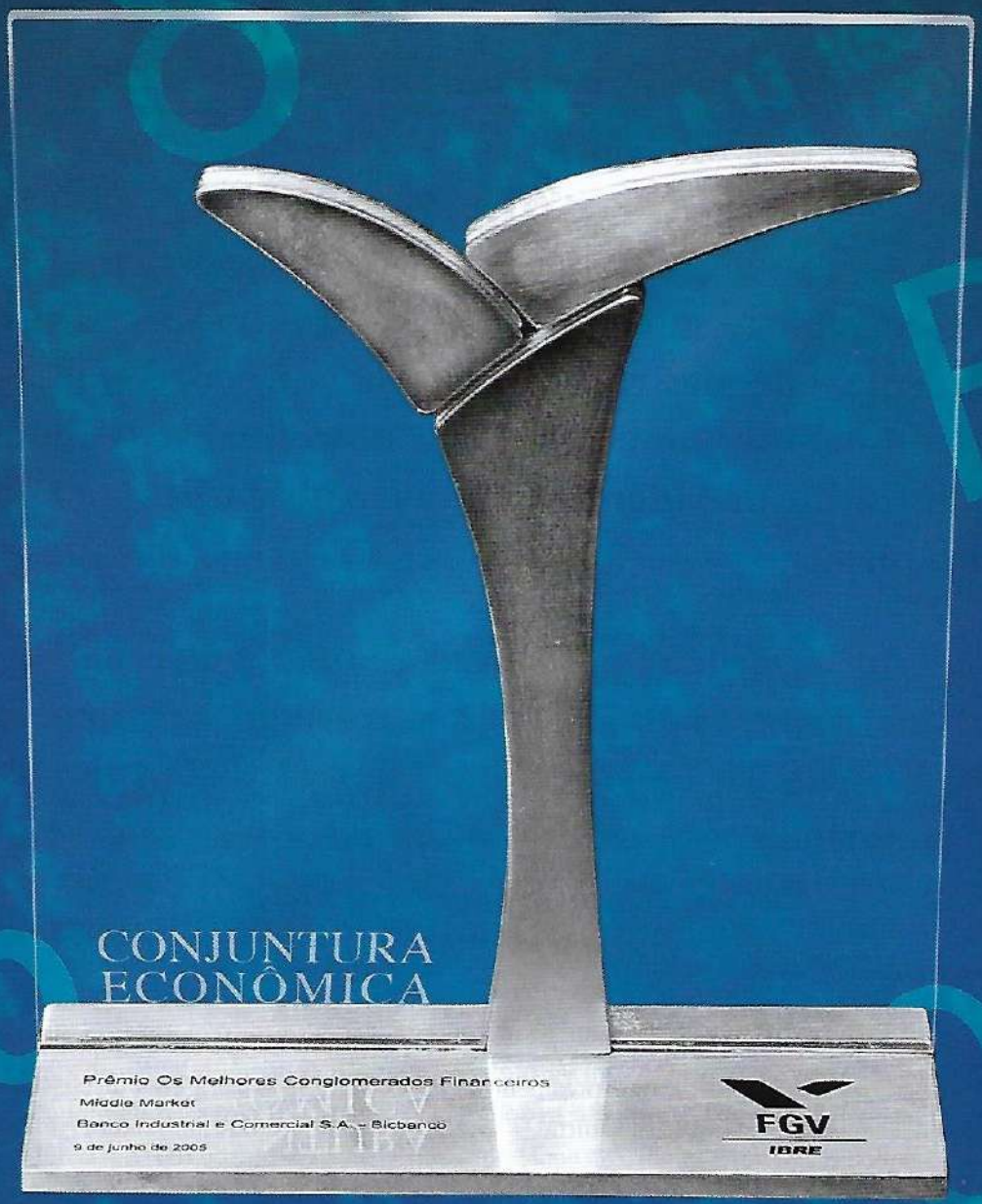
6°) processar, pela prática do crime de "excesso de exação" (art.316 §1° do código penal), as autoridades que insistam na cobrança de tributos já declarados inconstitucionais pelo STF.

A prosseguirmos nas práticas que têm até hoje prevalecido em matéria tributária, é provável que, em breve, alcancemos mais um estágio nesse retrocesso, passando do atual "pandemônio", para o "manicômio" tributário, como, aliás, o próprio Becker já antecipara na 1ª edição de sua "Teoria Geral do Direito Tributário", de 1963.

Resumo de artigo datado de dezembro de 2004.

Sócio de Ulhôa Canto, Rezende e Guerra – Advogados

O MELHOR DO BRASIL É O BRASILEIRO



Eleito **o melhor** Banco em "**Middle Market**" pela Fundação Getulio Vargas.

BICBANCO
Tradição e Modernidade
Desde 1938

Opinião

*Merval Pereira**

Tudo pela reeleição

O governo ganhou um fôlego com a pesquisa Ibope/CNI divulgada recentemente, que mostra uma estabilidade em relação à avaliação do mês passado e, mais que isso, uma ligeira recuperação da candidatura do presidente Lula nas simulações de voto para o primeiro turno.

Assim como a dobradinha PFL-PSDB que apoiou a candidatura derrotada do deputado Thomaz Nonô à presidência da Câmara reabriu as perspectivas de uma futura aliança política entre os dois partidos da oposição na sucessão presidencial, o veto do PT tanto a Nonô quanto ao presidente do PMDB, Michel Temer, confirma que a campanha de 2006 já está em marcha no Congresso, e todos os movimentos políticos são feitos com olho nela.

O governo ganhou um fôlego com a pesquisa Ibope/CNI divulgada recentemente, que mostra uma estabilidade em relação à avaliação do mês passado e, mais que isso, uma ligeira recuperação da candidatura do presidente Lula nas simulações de voto para o primeiro turno.

Certamente é essa perspectiva de que o pior momento da crise política tenha passado que faz com que o governo, e o PT, se mostrem mais desembaraçados nas suas atuações. Embora a queda, desde junho até hoje, de 12 pontos percentuais na confiança da opinião pública no presidente Lula seja devastadora, ela não continuou a se registrar neste mês, o que pode ser entendido como um bom sinal. A aprovação do governo, que também vem de uma queda de 10 pontos percentuais, estabilizou-se em setembro em 45%, enquanto a desaprovação permaneceu em 49%, os mesmos índices do mês anterior. São números críticos, e tecnicamente um candidato que tenha menos de 50% de aprovação não tem chances de reeleição, de acordo com estudos de pesquisas de opinião. Mas mesmo assim, as simulações de voto para uma futura eleição presidencial mantêm Lula como candidato competitivo, e melhorando um pouco sua avaliação, embora continue empatado tecnicamente com o prefeito de São Paulo, José Serra.

A análise dos últimos quatro meses mostra que o prefeito José Serra está estagnado no mesmo índice, por volta de 30%, o que dá fôlego ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmim. Se até março do próximo ano, último prazo para a desincompatibilização, Serra continuar como único tucano a vencer Lula, deve ser indicado candidato. Mas se continuar parado na marca dos 30%, pode ser que se abra uma discussão no partido sobre a potencialidade da candidatura Alckmim, que teria mais campo para crescer.

Sentindo-se novamente forte, e para abreviar a crise política, o Palácio do Planalto se envolveu em uma estratégia política de alto risco ao patrocinar a renúncia coletiva de deputados petistas e da base aliada, para evitar o julgamento na Comissão de Ética da Câmara, no pressuposto equivocado de que quanto mais cedo os processos se encerrarem, melhor para o governo. É mais uma atitude que expõe à opinião pública a maneira despudorada como o governo trata delicadas questões éticas.

Ao receber a bancada do PT em Palácio e prestar solidariedade aos sete deputados petistas ameaçados de cassação, o presidente mais uma vez corroeu a sua imagem de magistrado, pelo menos diante da grande classe média que é a definidora das eleições nesse país.

Mas reaproximou-se de seu partido, que no momento é a única âncora partidária, e mesmo assim fragilizada, que lhe resta para a tentativa de reeleição. Já o veto ao presidente do PMDB tem duas vertentes: ele é do grupo oposicionista do partido e, além do mais, era apoiado pelo ex-governador Garotinho, que insiste em ser o candidato do PMDB à presidência da República.

A mesma pesquisa do Ibope que mostra a estabilização dos índices de popularidade de Lula, mostra que Garotinho estaciona em 10% do eleitorado desde junho. Só sobe para cerca de 15% quando Lula não está no páreo, o que confirma que com Lula se candidatando, o mais provável é que o PFL apóie uma candidatura tucana. Sem Lula, a tendência é que todos os partidos apresentem seus candidatos. Até mesmo o PMDB pensa em lançar um candidato próprio, mas dificilmente terá coesão para tal. O mais provável é que siga dividido, entre o governo e o candidato da dupla PSDB/PFL. O sonho de Lula de ter o PMDB como parceiro na reeleição parece impossível a esta altura.

O presidente Lula, que chegou a analisar a possibilidade de não disputar a reeleição, parece disposto a encarar esse desafio, na pressuposição de que não se recandidatar seria uma admissão de fracasso de seu governo. Ao mesmo tempo, o PT não tem nenhum outro candidato de peso para ajudar o partido, ainda mais num momento politicamente delicado como esse.

O resultado da disputa pela hegemonia do diretório nacional do PT, não deve influir na decisão do presidente, já que o Campo Majoritário, embora não tenha alcançado a maioria absoluta, provavelmente continuará controlando politicamente o partido através de acordos. Mesmo os que acham que tem que haver uma inflexão na política econômica, não querem um conflito com o governo.

Vai haver uma disputa política, uma queda de braço, um diálogo tenso. Essa tensão não deve chegar, no entanto, ao ponto de facilitar o ataque da direita, raciocinam todas as tendências. A tese é que há um inimigo principal, o PSDB/PFL, e o governo pode se ultrapassar, indo mais à esquerda, ou ser derrotado pela direita. O fato novo na esquerda é o PSOL, que acaba se receber seu registro partidário e foi enriquecido por um grupo de dissidentes da esquerda petista.

A mesma pesquisa do Ibope que mostra a estabilização dos índices de popularidade de Lula, mostra que Garotinho estaciona em 10% do eleitorado desde junho. Só sobe para cerca de 15% quando Lula não está no páreo, o que confirma que com Lula se candidatando, o mais provável é que o PFL apóie uma candidatura tucana.

A pesquisa Ibope revela um crescimento sustentado da candidatura da senadora Heloisa Helena, que tem entre 5% e 6% das intenções de voto, contra 3% em junho. A pesquisa mostra ainda que Heloisa Helena, que ganhou muito destaque na CPI dos Correios, já atinge 13% das intenções de voto entre eleitores que ganham acima de 10 salários-mínimos, 12% no público universitário e 9% nas capitais.

A avaliação do governo, no entanto, é que o PSOL não terá força eleitoral para enfraquecer uma candidatura Lula, assim como o PSTU, outra dissidência do PT, não conseguiu empolgar o voto de esquerda. Já o ex-prefeito César Maia, pré-candidato do PFL que aparece com 5% dos votos, acha que se a senadora do PSOL trocasse o jeans e a camiseta por um "tailleurzinho", poderia surpreender na eleição.

** Jornalista e Colunista do Jornal O Globo e Membro do Conselho Editorial da Revista IBEF*

URBANISMO

Vereador defende urbanismo sustentável

Guaraná defende critérios em sintonia com o crescimento da cidade

Há várias vertentes de pensamento sobre a cidade e o urbanismo. Isto vale não só para o Brasil, mas para muitos países. Há aqueles que defendem prioritamente a valorização do patrimônio histórico – quase sempre de olho nas perspectivas oferecidas pelo desenvolvimento turístico – com a criação de novos espaços, inspirados nas formas urbanas tradicionais. De outro lado estão os que acreditam na pesquisa para conhecer a história das cidades, os processos de sua transformação no tempo, os projetos realizados e não realizados, os protagonistas que ajudaram a dar-lhes uma nova forma e um novo sentido. A idéia é preservar o passado e planejar o futuro.

Misturando conceitos e propostas dos dois grupos encontra-se o vereador pelo PSDB do Rio de Janeiro, Luiz Antônio Guaraná. Segundo ele: "O Rio de Janeiro é um exemplo de cidade que deve trabalhar seu urbanismo de forma transformadora. Evidentemente, temos que nos cuidar para receber os turistas, mas uma cidade deve ser boa primeiro para seus moradores." Para ele, o papel do urbanismo deve incluir outras questões sociais, ecológicas, políticas e econômicas e não ficar restrito apenas a controlar obras e verificar os padrões da construção civil. "As leis urbanísticas têm que ser o mais rígidas possível para garantir qualidade de vida e o patrimônio ambiental. Mas, por outro lado, elas precisam ser flexíveis para permitir o acesso da população e o desenvolvimento das cidades. No Rio, os imóveis estão mais caros que em São Paulo porque há muitos entraves para o setor imobiliário se expandir na cidade. Há um excesso de regulamentação, diminuindo a oferta de novas unidades habitacionais", explica o vereador.

Com essas dificuldades para construir novos imóveis no Rio todos ficam prejudicados. As classes mais ricas veêm os preços subirem. Com isso, pessoas que ganham menos são empurradas cada vez mais para as favelas, aumentando o número de construções irregulares que colocam em risco os próprios moradores e prejudicam o meio ambiente. "As conseqüências da favelização são várias. Envolvem questões econômicas, de saúde, educação, entre outras. A violência, por exemplo, encontra campo fértil pois essas comunidades passam a não ter regras claras de convivência. Cada um faz o que quer. São regiões onde não há lei em nenhum aspecto, muito menos urbanístico", completa Guaraná.

Com a inteção de equilibrar a preservação, mas atento ao desenvolvimento e às transformações constantes que a cidade passa, o mais importante, segundo o vereador, é adequar e atualizar os padrões e conceitos: "O plano diretor da cidade, por exemplo, foi promulgado em 1992, quando era considerado um dos mais avançados do país, mas até hoje não entrou em vigor, porque ainda não foram aprovadas as leis regulamentares para que ele possa ser aplicado. Tem gente que acha que a cidade pára enquanto está se fazendo o planejamento."

Impasse pode acabar com APA de Marapendi

A Área de Presevação Ambiental (APA) de Marapendi é um exemplos de casos em que é necessário equilíbrio para uma exploração consciente e sustentável da região. Em 1981, através das instruções normativas do plano Lúcio Costa, uma nova visão começou a surgir e agregou os conceitos de desenvolvimento sustentável às questões ecológicas da época. "Dessa forma, eram permitidas pequenas construções que não afetassem o Ecossistema da região com o obejtivo de viabilizar alguma atividade econômica numa área formada por lotes particulares", explica o vereador.

Em 1991 foi criada a APA de Marapendi e em 97 foi elaborado um projeto da prefeitura permitindo a ocupação da região, e, como compensação, exigia a instalação do centro de monitoramento e que os ganhos ambientais para a sociedade fossem definitivos, com a doação de uma área particular, tornando-a pública, entre outros benefícios. "Esse projeto, foi aprovado em 2005 na Câmara dos Vereadores, mas por falta de um amplo debate fio fortemente rejeitado pela opinião pública "O erro foi não ter convocado a participação da sociedade na sua elaboração", informa o vereador.

Luiz Antônio Guaraná, atendendo a reividincações dos moradores da região conseguiu convencer o prefeito César

A Barra da Tijuca é a região que mais cresce na cidade

Maia a vetar a lei para posteriormente voltar a discutí-la com maior participação de todos. A resposta da Câmara dos Vereadores, inclusive com o apoio do líder do governo, foi derrubar o veto: "Durante a votação que culminou com a derrubada do veto, a obrigação de se doar a área para o centro de monitoramento foi arquivada. O proprietário ficou com novos parâmetros de construção e a sociedade sem a contrapartida ambiental e social. A prefeitura mostrou que sua real intenção de aprovar o projeto é ter acesso aos recursos gerados pelos empreendimentos a serem executados. E pior, para investir em obras que não têm nenhuma relação com o local", finaliza Guaraná.

CORRECTA
Seguros

"O seguro que você sabe que precisa,
com o que você precisa saber sobre o seguro"

D & O - SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE EXECUTIVOS
(Conselheiros, Diretores e Administradores de Sociedades Comerciais)

Executivo, você está ciente do risco que corre? Novo Código Civil - *Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.*

A experiência dos tribunais nos mostra os danos mais reclamados: demissão injusta de funcionário; qualquer tipo de discriminação no emprego; assédio sexual; concorrência desleal; falhas de gestão ou supervisão; prejuízo causado a acionistas (especialmente minoritários); questões ambientais; questões tributárias; questões cambiais.

Não se preocupe, contrate um D&O conosco e fique protegido. Nossa empresa negocia por você com as maiores seguradoras conquistando as melhores condições e os menores custos.

CONSULTE-NOS QUANDO FOR CONTRATAR SEUS SEGUROS

Av. Nilo Peçanha, 151/ gr 414 - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20.020-100
Tel. (0 xx 21) 2533-4108 / Fax (0 xx 21) 2533-6210
Web: http://www.segurado.com.br

PETRÓLEO

Plataforma P9 na costa brasileira

No rumo da auto-suficiência

A Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em seu último relatório, atualizado início de 2005, estima que anualmente ele gere cerca de US$ 320 bilhões somente em tributos recolhidos pelos governos dos países integrantes do G-7, enquanto no mesmo período os membros da OPEP receberiam cerca de US$ 250 bilhões.

Desde os primórdios da história da humanidade há registros do uso de petróleo nas mais diversas atividades. Seja para acender fogueiras sagradas em antigas civilizações ou construir as pirâmides do Egito, o óleo negro sempre foi um produto de muito valor comercial, usado também para embalsamar corpos, iluminar, impermeabilizar moradias e palácios, pavimentar estradas e construir embarcações, entre outras aplicações.

Atualmente, o petróleo continua produzindo energia e movimentando grandes receitas. Para se ter uma idéia da sua importância, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) em seu último relatório, atualizado início de 2005, estima que anualmente ele gere cerca de US$ 320 bilhões somente em tributos recolhidos pelos governos dos países integrantes do G-7, enquanto no mesmo período os membros da OPEP receberiam cerca de US$ 250 bilhões. Ainda de acordo com suas estimativas, entre os anos de 2000 e 2004, os governos do G-7 teriam arrecadado US$ 1,600 bilhões sobre o petróleo contra US$ 1,300 bilhões da OPEP.

No Brasil, que tem aumentado sua produção a caminho da auto-suficiência, a exploração de petróleo é tarefa muito complexa, não só pela extensão de nossa área sedimentar, superior a seis milhões de quilômetros

Conseguimos chamar sua atenção com esses números ?

Então, aproveite a oportunidade para nos conhecer melhor.

- → Regulamentação Setorial
- → Comissões Técnicas
- → Inspeção e Certificação
- → Normalização Setorial
- → Cursos e Treinamentos
- → Centro de Informação
- → Publicações
- → Eventos

→ Com quase 50 anos de atuação, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás / IBP é uma organização privada de fins não econômicos, que conta hoje com 219 empresas associadas, e tem seu foco na promoção do desenvolvimento do setor nacional de petróleo e gás, visando uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável.

→ Ao longo desse tempo, o IBP construiu reconhecida credibilidade junto à sociedade e ao Governo não apenas por seu singular conhecimento técnico, mas também por fomentar as discussões de grandes temas afins para a constante estruturação do perfil do setor.

→ A partir de 2003, o IBP abraçou uma profunda reestruturação organizacional para garantir maior sintonia de suas atividades e produtos com o setor, sendo estes o resultado do trabalho desenvolvido por 42 Comissões e Subcomissões, nas quais participam voluntariamente mais de 950 profissionais, entre executivos e especialistas da indústria, instituições científicas e acadêmicas, órgãos do Governo e associações congêneres.

→ Dentre essas atividades, o IBP organiza anualmente cerca de 10 importantes eventos nacionais e internacionais para a comunidade petrolífera, a exemplo da Rio Oil & Gas Expo and Conference, além de realizar em média 105 cursos abertos ou *in company* por ano em todo o País, e sua programação abrange todas as áreas do setor: E&P, Gás Natural, Abastecimento, Comercialização e Petroquímica.

→ Credenciado pelo INMETRO e pela ABNT, o IBP está capacitado a realizar inspeções e já emitiu Certificação setorial para 28 empresas, bem como é responsável pela elaboração de mais de 120 Normas Técnicas para petróleo e derivados.

→ Além disso, o IBP investe na disseminação de informações da indústria e na promoção do desenvolvimento técnico, através da edição de diversas publicações, e coloca à disposição do público para pesquisa o acervo de seu Centro de Informação e Documentação, contribuindo para a geração de conhecimento no setor.

Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

Tel.: (+55 21) 2532-1610 • Fax: (+55 21) 2220-1596 • e-mail: ibp@ibp.org.br
Av. Almirante Barroso, 52 / 26° andar • Centro • 20031-000 • Rio de Janeiro • RJ • Brasil

www.ibp.org.br

clube de idéias • imagens: PETROBRAS

"Em 2004, a Petrobras furou cerca de 22 mil poços, uma quantidade que pode ser considerada pequena se levados em consideração o potencial e a extensão territorial do Brasil. Desse total, um número considerável não dá petróleo ou produz muito pouco." Haroldo Lima, diretor da ANP

quadrados, como pela natureza das bacias, que possuem um tipo de rocha de difícil exploração e com pouco petróleo. No mar, as dificuldades se medem pela profundidade da água em que se encontram os maiores reservatórios já localizados, de 200 a 2 mil metros de lâmina d'água. Segundo o diretor geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Haroldo Lima:"Em 2004, a Petrobras furou cerca de 22 mil poços, uma quantidade que pode ser considerada pequena se levados em consideração o potencial e a extensão territorial do Brasil. Desse total, um número considerável não dá petróleo ou produz muito pouco."

No site da Petrobras (www.petrobras.com.br) encontramos informação semelhante: "O Brasil possui 35 bacias sedimentares principais, que se distribuem por mais de 6,4 milhões de quilômetros quadrados, sendo 4,9 milhões em terra e 1,5 milhão na plataforma continental. Apesar dessa extensa área sedimentar e do grande número de bacias, 70% delas não registram descobertas de óleo ou gás em quantidades comerciais."

Para o secretário estadual de Planejamento e Coordenação Institucional, Tito Ryff, uma das saídas para esse problema é investir no desenvolvendo de tecnologia para ir ainda mais longe na exploração de petróleo nas profundezas do oceano: "Se não forem descobertas, num futuro próximo, novas fontes alternativas de energia mais econômicas, o preço do petróleo tenderá a aumentar. Isso, certamente, viabilizará sua exploração em águas mais profundas e a recuperação econômica em campos maduros."

Mesmo com todas essas dificuldades, o setor de petróleo no Brasil continua em crescimento. O domínio de alta tecnologia para prospecção em águas profundas e a especialização cada vez maior dos profissionais envolvidos na produção permitiram que, até junho desse ano, a Petrobras produzisse em média 1.661 mil barris por dia. "A produção está crescendo, mas a infra-estrutura, principalmente relativa à distribuição e ao refinamento, precisan de investimentos. Por exemplo, o modal ferroviário está defasado, assim como diversos outros setores do país", afirma Alvaro Teixeira, secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

Plataforma P40 em atividade

Para manter a tendência de crescimento, segundo o diretor da ANP, o governo federal vem apoiando pequenos e médios empresário no setor: "O número de pequenas empresas que já atuam no ramo e que tem nos procurado com a intenção de formar consórcios de exploração é muito grande. Isso mostra a enorme capacidade de expansão do setor." Para Alvaro Teixeira, o crescimento é motivado pela boa fase da economia brasileira: "A estabilidade econômica é muito importante, pois o investimento de produção e exploração é de longo prazo. No *offshore*, por exemplo, os valores chegam a bilhões antes se começar a fazer caixa."

Mesmo com as dificuldades de exploração e apesar das questões políticas que envolvem os reajustes de preços no mercado interno, o fato é que o setor de petróleo no Brasil vem se desenvolvendo e, segundo o site da Petrobras: "O país deve alcançar a auto-suficiência em 2006." O secretário estadual de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Victer, ressalta a contribuição do estado e destaca os investimentos em infra-estrutura:"Os portos de Niterói, do Rio e de Sepetiba foram modernizados recetemente", e completa: "Desde advogados e jornalistas até técnicos específicos, passando pela indústria de *software* e serviços, em vários setores abriram-se centenas e até milhares de vagas."

Pólo petroquímico receberá R$20,7 bi

O diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, não esconde seu entusiasmo ao falar sobre o projeto petroquímico. Segundo declarou recentemente, o pólo vai dar um impulso sem precedentes à economia fluminense: "Os investimentos equivalem à construção de três refinarias do porte da Reduc". O projeto prevê que a refinaria petroquímica vai processar 150 mil barris diários de petróleo pesado, para produzir diversas matérias-primas como eteno e propeno, entre outras. Simultaneamente às obras da refinaria, será iniciada a construção das unidades petroquímicas que vão usar as matérias-primas para produzir insumos para as indústrias de plástico. "A construção do pólo é um empreendimento que deve atrair muitas empresas da indústria plástica. A confirmação da Petrobras sobre a refinaria petroquímica no Rio é muito importante. Este é um empreendimento gigantesco que vai criar inúmeras oportunidades de novos investimentos no estado", explica Tito Ryff. Segundo dados de mercado, a demanda por petroquímicos cresce duas vezes acima do ritmo do Produto Interno Bruto. A Petrobras estima que, nessas indústrias, deverão ser investidos cerca de US$3 bilhões. As obras estão previstas para começar em 2007 e serem concluídas entre 2010 e 2011.

"A construção do pólo é um empreendimento que deve atrair muitas empresas da indústria plástica. A confirmação da Petrobras sobre a refinaria petroquímica no Rio é muito importante. Este é um empreendimento gigantesco que vai criar inúmeras oportunidades de novos investimentos no estado." Tito Ryff, secretário estadual de Planejamento e Coordenação Institucional

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social no Rio de Janeiro

Por Vilma Goulart

Uma empresa socialmente responsável faz mais do que pagar os impostos e cumprir as leis. Ela compromete-se com toda a sua cadeia de negócios.

Ainda que nebuloso para grande parte das empresas, o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) vem sendo cada vez mais difundido e, principalmente, exigido pelo mercado.

Na década de 90, a abertura do mercado brasileiro aos produtos estrangeiros acirrou a concorrência entre as empresas, que procuraram atingir níveis de excelência em produtos e serviços, visando a obtenção de certificados de qualidade e adequação ambiental. Com o tempo, porém, as exigências passaram a abranger mais do que os processos ligados à atividade-fim das empresas. Uma empresa socialmente responsável faz mais do que pagar os impostos e cumprir as leis. Ela compromete-se com toda a sua cadeia de negócios. Ouve todos os interessados, os chamados *stakeholders* (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, governo e meio-ambiente), e inclui suas demandas no planejamento estratégico da empresa.

Muitos empresários já se deram conta da importância de implementar ações nesta área. "Responsabilidade Social Empresarial não é custo, é investimento estratégico, ou seja, significa sobrevivência da empresa a longo prazo", diz Luiz Antônio de Godoy Alves, diretor executivo da Federação das Fundações Privadas do Estado do Rio de Janeiro (Funperj). E acrescenta: "o lucro passa a ser uma conseqüência inevitável de uma atuação responsável".

O instrumento mais completo de divulgação das ações em RSE é o Balanço Social que, não raro, aponta aspectos da organização não percebidos até então.

Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores empresas S.A. não-financeiras do Brasil, realizada pela equipe da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da FGV (Ebape-FGV), e coordenada pelo professor José Antônio Puppin de Oliveira, mostrou que dos balanços sociais publicados em 2002 e 2003, 50% são de companhias de aeronaves, petróleo, produtos de fumo, eletricidade e gás e papel e celulose. "Quanto maior o porte da empresa, maior a probabilidade de produzir balanços", diz o professor Puppin.

Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro destaca-se como um dos estados mais atuantes socialmente na região Sudeste, de acordo com a segunda edição da "Pesquisa Ação Social nas Empresas", publicada em junho pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A participação das empresas fluminenses na área de RSE aumentou de 59%, em 1998, para 69%, em 2003, o que representa um incremento de 17%, percentual bem maior ao verificado para a região (6%).

Um caso que exemplifica esta participação é o da empresa Colchões Sonoleve. Há dez anos atrás, a Sonoleve sofria com a alta rotatividade e o elevado índice

de faltas dos funcionários, que girava em torno de 25 por cento. Muitos praticavam atos de vandalismo e delinqüência fora da empresa e utilizavam a carteira de trabalho como *habeas corpus* na polícia.

Foi então que a Sonoleve resolveu implementar o projeto Bom Moço, que discute a delinqüência com a comunidade e resgata a cidadania e o direito ao trabalho de ex-presidiários e dependentes químicos.

O passo seguinte foi estender às crianças e adolescentes da comunidade a idéia do exercício da cidadania Assim surgiu o projeto Prefeitura Mirim, que simula os modelos políticos de administração. Todos os ocupantes são eleitos através de voto: o Vice-Prefeito, os Secretário de Saúde, de Educação, de Esportes e Lazer, de Obras e de Meio Ambiente.

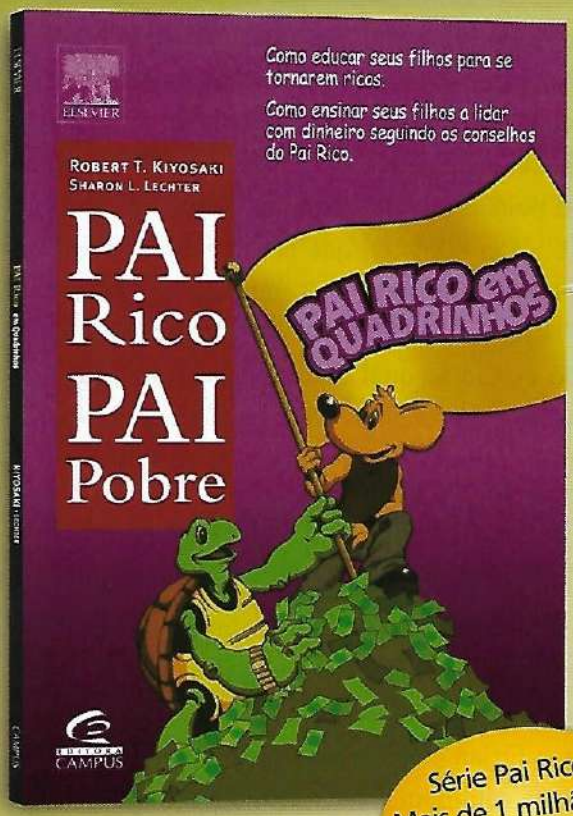
Mas a Sonoleve não parou por aí. A Moneca é a Moeda Social Sonoleve, que pode ser trocada por mantimentos, roupas e calçados no bazar da sede de lazer da empresa. Para adquiri-la, basta participar dos projetos sociais da Sonoleve. Atualmente quase 6 mil pessoas utilizam a moneca.

Para completar, a empresa promove a continuidade dos estudos dos jovens de 15 e 16 anos da comunidade, e sua iniciação no mundo do trabalho, através do projeto Patrulheirismo.

Vencedora da primeira edição do prêmio Faz a Diferença, do Jornal O Globo, na categoria Razão Social, a Sonoleve mostra como obter resultados de um trabalho social a longo prazo

Vencedora da primeira edição do prêmio Faz a Diferença, do Jornal O Globo, na categoria Razão Social, a Sonoleve mostra como obter resultados de um trabalho social a longo prazo. José Valmir Pinheiro, Diretor Administrativo da empresa, enumera os frutos colhidos desta experiência:

"Quando viemos pra cá, a vizinhança da fábrica tinha um histórico de violência. Depois de dez anos de trabalhos comunitários, não há mais necessidade de



Que tal dar histórias em quadrinhos para enriquecer o seu filho?

Chegou Pai Rico em Quadrinhos.

Recomendado para crianças a partir de 8 anos de idade, esta é uma adaptação dos conceitos do best-seller Pai Rico Pai Pobre para a linguagem de história em quadrinhos.

Os autores Robert Kyiosaki e Sharon Lechter criaram um livro que permite que as crianças desenvolvam sua inteligência financeira fazendo do aprendizado uma experiência divertida.

Compre Pai Rico em Quadrinhos e ajude seu filho a obter a mentalidade de "trabalhar para aprender, não para ganhar"! A aprender os princípios básicos de como ganhar dinheiro e criar ativos! A entender como fazer com que o dinheiro trabalhe arduamente para ele para que ele não precise se matar para ganhar dinheiro!

Série Pai Rico. Mais de 1 milhão de exemplares vendidos no Brasil!

64 págs. R$ 19,90

Indispensável para o futuro do seu filho!

Nas melhores livrarias, pelo 0800 265 340 ou www.campus.com.br

ELSEVIER
EDITORA CAMPUS
NEGÓCIO EDITORA
Alegro

seguranças para proteger a empresa, pois os próprios moradores da região se encarregam de fazê-lo, como quando houve um princípio de incêndio, debelado por eles. O fato da comunidade ver a empresa como um patrimônio seu faz com que as crianças costumem dizer que vão trabalhar na Sonoleve quando crescerem, o que é um motivo de orgulho para nós.

Também podemos citar como resultado do nosso trabalho na área social a prevenção da expansão de favelas nas redondezas. Nos terrenos do entorno, onde antes havia desova de cadáveres, hoje são plantadas ervas medicinais, utilizadas para fazer remédios e xaropes. Através da ocupação produtiva destes terrenos, também proporcionamos geração de renda para a comunidade."

Outra experiência de destaque é a da Ampla, que distribui energia para 66 municípios do Rio de Janeiro.

Este ano, a empresa foi uma das finalistas do 4º Prêmio Balanço Social 2004, na categoria Região Sudeste, conquistando reconhecimento pela atitude de transparência com seus diversos públicos, desde acionistas e funcionários até os consumidores e a sociedade onde atua, além de implementar programas relacionados ao meio ambiente.

"A fase da construção do Balanço Social já foi um grande diagnóstico da empresa, pois representantes de todas as diretorias formaram um grupo para analisar as práticas corporativas e reunir os dados para o relatório. Deste diagnóstico vários processos foram otimizados e surgiram várias idéias de projetos que já estão em andamento", diz Ana Paula Caporal, Especialista em Responsabilidade Social da Ampla.

Os projetos da Ampla levam os beneficiários a refletir sobre cidadania, educação ambiental, consumo responsável de água, de energia e de alimentos, redução e reciclagem do lixo e a ilegalidade, como o furto de energia e a pirataria.

Segundo Ana Paula Caporal, a gestão da responsabilidade social é parte integrante do plano estratégico da Ampla, conhecido na empresa como Plano de Transformação: "É necessário ter a responsabilidade social como compromisso da alta direção. Se a vontade não aparecer na concepção das estratégias da empresa, dificilmente será aplicada pelas áreas" Em 2005, cerca de 30 mil pessoas foram diretamente beneficiadas pelos projetos sociais voltados para a comunidade.

O Fundo para o Desenvolvimento Social Firjan / IAF (Fundação Interamericana) existe desde 2003 para estimular as parcerias entre empresas e organizações não governamentais no desenvolvimento de projetos sociais para comunidades de baixa renda

Incentivos

O advogado Paulo Haus Martins, do Escritório Martins Associados, especialista em políticas públicas e projetos sociais, diz que muitas empresas têm vontade de aplicar na área social, mas não sabem como. Segundo ele, ainda há poucas leis de incentivo na área social.

Uma delas é a Lei 8069/99, que permite às empresas deduzirem 1% do Imposto de Renda devido para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade ou do estado ao qual o projeto está vinculado.

Outra lei que oferece incentivo é a Lei federal 9.249/95. Ela prevê que a doação de uma pessoa jurídica a uma entidade que seja reconhecida como de Utilidade Pública pode ser abatida em até 2% do lucro operacional.

Paulo Haus acredita que o Rio de Janeiro precisa articular melhor as ofertas e demandas dos três setores (Governo, empresas e sociedade civil) nesta área. Na sua opinião, a Firjan e o Instituto Rio são instituições que estão neste caminho.

A constituição de fundos de investimentos sociais é uma das vertentes importantes do trabalho desenvolvido por estas duas organizações.

No Instituto Rio, os fundos são constituídos com recursos provenientes de doações e identificados pelo nome da empresa, organização, ou indivíduo que o criou e o mantém. Uma parte destes fundos é destinada aos projetos sociais e a outra parte é reinvestida na manutenção de um patrimônio permanente, de forma que os recursos destinados às comunidades não se esgotem na realização de projetos.

O Instituto Rio atua, basicamente, na Zona Oeste, pelo fato da região ser carente de serviços públicos e apresentar diversas organizações comunitárias que inovam na prestação de serviços para o atendimento das necessidades locais.

Em um raio de ação maior, a Firjan também apresenta iniciativas de apoio às empresas que queiram investir em responsabilidade social. O Fundo para o Desenvolvimento Social Firjan / IAF (Fundação Interamericana) existe desde 2003 para estimular as parcerias entre empresas e organizações não governamentais no desenvolvimento de projetos sociais para comunidades de baixa renda.

Para apresentar um projeto ao Fundo, entre outros requisitos, a empresa tem que investir, pelo menos, 50% do valor total do projeto. O Fundo tem 4 projetos concluídos e 17 em andamento nas áreas de educação, geração de renda e cultura, tendo conseguido mobilizar 30 empresas e 19 Ongs. O investimento feito até agora foi de quase R$1 milhão, sendo que 60% deste valor é proveniente da iniciativa privada e o restante do Fundo FIRJAN / IAF.

A Firjan também é atuante na discussão de tendências e diretrizes em RSE, conforme explica Luiz Chor, presidente do Conselho Empresarial de Responsabilidade Social da instituição:

"Nós participamos da discussão da elaboração da norma brasileira de responsabilidade social da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e estamos engajados no movimento nacional da responsabilidade social empresarial através da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Núcleo de Articulação Nacional, que é uma rede de instituições que atuam na disseminação de conceitos e práticas de responsabilidade social."

Profissionalismo

À proporção que o número de iniciativas em RSE cresce, torna-se necessário profissionalizar os gestores desta área.

O MBE em Responsabilidade Social e Terceiro Setor do Instituto de Economia da UFRJ foi pioneiro no Brasil, e profissionaliza cerca de 60 pessoas por ano. Com duração de um ano, e uma média de 30 alunos por turma, o curso tem como público-alvo profissionais com graduação, do setor público e privado, que atuam em projetos de Responsabilidade Social, e também profissionais que ocupam ou pretendem ocupar cargos executivos em organizações do Terceiro Setor, tais como fundações, Ongs, agências financiadoras, etc.

A evolução da Responsabilidade Social Empresarial no país vem requerendo de todos que trabalham nesta área um aprimoramento constante. Afinal, cresce significativamente o nível de exigência ao qual as empresas vêm tendo de se submeter. E o Rio de Janeiro, como um dos Estados mais atuantes em RSE, deve ficar atento para não perder sua posição de destaque.

Links:

- Funperj: www.funperj.org.br
- Ipea: www.ipea.gov.br
- professor José Puppin (Ebape-FGV): puppim@fgv.br
- Colchões Sonoleve: www.sonoleve.com.br
- Ampla: www.ampla.com
- Paulo Haus Martins: paulo@martinsassoc.adv.br
- Instituto Rio: www.institutorio.org.br
- Firjan: www.firjan.org.br
- Instituto de Economia da UFRJ: http://www.ie.ufrj.br

Jurisprudência e Informes Normativos

*Ricardo Pieri**

O advogado Ricardo Pieri comenta abaixo os últimos decretos, medidas provisórias e leis de interesse para nossos leitores. Entre os textos que nosso colaborador escolheu estão alguns relacionados ao turismo, um dos principais setores econômicos do nosso estado, a atividades exportadoras, inclusão digital, energia elétrica e ao aperfeiçoamento do controle externo das contas dos estados e municípios.

"Escolhemos aqueles decretos, medidas provisórias e leis que sejam de maior interesse para o público da Revista IBEF. Em geral, são relacionados com atividades econômicas de grande importância para o nosso estado. "

DECRETO Nº 5.533, DE 6 DE SETEMBRO DE 2005 (DOU 08.09.2005)

Com o objetivo de divulgar o Brasil no exterior e, dessa forma, impulsionar o turismo receptivo, esse decreto regulamenta a redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as remessas, para o exterior, relacionadas à promoção de destinos turísticos brasileiros.

DECRETO S/Nº, DE 11 DE AGOSTO DE 2005 (DOU 12.08.2005)

Para aperfeiçoar o controle externo de contas dos estados e municípios, esse decreto cria o Comitê Deliberativo e o Comitê Técnico do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios - PROMOEX.

DECRETO Nº 5.505, DE 5 DE AGOSTO DE 2005 (DOU 08.08.2005)

Regulamenta o *caput* e o parágrafo 1º do artigo 15 da medida provisória nº 252, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP. Visa fomentar as exportações, reduzindo a carga tributária incidente sobre a importação de maquinário por empresas voltadas para a atividade exportadora.

LEI Nº 11.131, DE 1º DE JULHO DE 2005 (DOU 04.07.2005)

Com o objetivo semelhante ao decreto anterior, a lei 11.131 visa incentivar a atividade exportadora. Ela autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para fomentar as exportações do país. A lei altera também a medida provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 252, DE 15 DE JUNHO DE 2005 (DOU 16.06.2005)

Também com o intuito de estimular a atividade exportadora, a medida provisória nº 252 institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de

Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital e dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica.

DECRETO Nº 5.499, DE 25 DE JULHO DE 2005 (DOU 26.07.2005)

Ele dá nova redação aos artigos 18, 19, 27 e 41 do decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.

DECRETO Nº 5.477, DE 24 DE JUNHO DE 2005 (DOU 27.06.2005)

Esse decreto dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND) de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) seja responsável pela promoção e o acompanhamento dos processos de licitação dessas concessões.

DECRETO Nº 5.467, DE 15 DE JUNHO DE 2005 (DOU 16.06.2005)

Por último, o número 5.467 que estabelece termos e condições para a redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita de venda dos produtos de informática de que trata o Programa de Inclusão Digital, nos termos do parágrafo 2º do artigo 28 da medida provisória nº 252, de 15 de junho de 2005.

Ricardo Pieri é advogado e autor de direito. Pós-graduado em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra e sócio do escritório Tórtima Advogados Associados

Bar Restaurante Jazz Eventos

Rua do Rosário, 107 Centro Tel: 2507-5866 Rua Dias Ferreira, 78 Leblon Tel: 2512-5651
www.eschcasadelhabano.com.br

TURISMO

Resgatar para avançar: mãos à obra!

*Por Sávio Neves**

Onde foram parar os charmosos bondes elétricos – *trolleys* – que cruzavam as principais avenidas da cidade, sempre lotados? Em importantes urbes do mundo desenvolvido, - como Zurich, Lyon, Géneve, Paris - bondes convivem modernamente com sistemas de ônibus, metrô, barcas e trens.

Muito se fala e se lê a respeito de novos projetos em diversas áreas para o Rio de Janeiro. Porém, quero aqui propor um pacto diferente: devolver ao Rio os equipamentos que ele dispunha, em pleno funcionamento, há 50 anos. Pode parecer utópico, mas se conseguirmos concentrar esforços, só resgatando o que um dia já teve, o Rio já terá avançado muito: o Hotel Nacional e o seu belíssimo Centro de Convenções, o Hotel das Paineiras, dentro da Floresta da Tijuca, os diversos trechos ferroviários que simplesmente desapareceram, desativados, o magnífico edifício da Gare da Leopoldina (Barão de Mauá) que foi largado e que poderia ser mais um grande Centro Cultural, além de, principalmente, resgatar a sua primordial função de estação ferroviária, de onde voltariam a partir os trens para Mangaratiba, revitalizando o Trem da Costa Verde, que serpenteava a costa do litoral sul fluminense, um dos lugares mais bonitos do mundo.

Quando falo Rio, incluo, é claro, o Grande Rio, criando uma sinergia com os municípios vizinhos. E aí fatalmente virá a pergunta: por que parou de funcionar o trem entre Miguel Pereira e Conrado? E o trem da Mata Atlântica, ligando Barra Mansa, Rio Claro (Lídice) e Angra dos Reis? Que falta nos faz os trens Vera Cruz (Rio-BHZ) e Santa Cruz (Rio-SAO), este último depois privatizado e rebatizado de "Trem de Prata" !!!

Em 2004, "comemoramos" o sesquicentenário da inauguração da primeira ferrovia no Brasil, cuja estação estava instalada na vizinha Magé, num lugarejo chamado de Guia de Pacobaíba. Este local, àquela época, já integrava barcas, vinda da Praça XV, com o trem que subia para Petrópolis (Fragozo – Raiz da Serra da Estrela - Petrópolis). Hoje, tristemente, toda aquela área sofre um grave processo de favelização por conta do seu abandono.

Onde foram parar os charmosos bondes elétricos – *trolleys* – que cruzavam as principais avenidas da cidade, sempre lotados? Em importantes urbes do mundo desenvolvido, - como Zurich, Lyon, Géneve, Paris - bondes convivem modernamente com sistemas de ônibus, metrô, barcas e trens. Isto para não falar dos heróicos bondes de Santa Teresa, cartão-postal, operados pelo estado, vivendo uma fase muito difícil, quase terminal.

Esta derrocada no modal ferroviário, entretanto, não é privilégio do Rio de Janeiro. Este fenômeno de se exterminar as ferrovias é nacional, desde o fim da década de 50. É conseqüência exatamente da equivocada opção do Estado Brasileiro, em suas consecutivas administrações centrais, de se privilegiar o rodoviarismo em detrimento das ferrovias. Tínhamos, então, cerca de 40 mil km de trilhos no Brasil e hoje pouco mais de 27 mil km, sendo que, daquilo que sobrou, menos de 10% são trens de passageiros. O restante, são tranportam carga, conhecidos como "sem-alma". Portanto, o que já era insuficiente há 50 anos atrás, hoje é ridículo para um país como o nosso, de dimensões continentais.

Nosso tão conhecido Rio de Janeiro, banhado pela ainda belíssima Baía de Guanabara – que, um dia, já foi despoluída - deve desenvolver com competência a sua vocação para o turismo náutico. Mas também nos perguntamos: onde estão os cais para as embarcações atracarem nos restaurantes Sol & Mar e Rio´s? E no Monumento dos Pracinhas?

Porém, para resgatar esse Rio de 50 anos atrás, há que se enfrentar o maior de todos males: a proliferação das favelas e seu crescente inchamento. O que, na época, era uma "rocinha", virou uma outra cidade, ganhando um poderio absurdo a ponto de inviabilizar todos hotéis que estão no entorno: o Hotel Nacional, o Intercontinental e um outro que, por ter demorado tanto na sua obra de construção, nem chegou a ser inaugurado e hoje funciona como Centro Social da Prefeitura para atender exatamente aquela comunidade.

O Hotel Sheraton, na Avenida Niemeyer, vive refém da favela do Vidigal, que também cresceu tanto que já se encontra, por cima do Morro Dois Irmãos, à "*Cidade Rocinha*", formando uma "*METRO*-favela". No antes chique bairro do Itanhangá, observamos, principalmente nos últimos 15 anos, o surgimento e crescimento colossal da favela de Rio das Pedras. Em áreas menos nobres, mas também importantes para circulação de moradores e turistas, temos as favelas Da Maré e Vila do João, na beira da via de acesso ao Aeroporto Internacional do Galeão, porta de entrada dos turistas estrangeiros no Brasil. E o que dizer então de um Complexo do Alemão? Cresceu tanto que não cabe mais no termo favela. Portanto, se não agirmos com seriedade e determinação para reverter a situação já dramática, a sociedade e o poder público unidos, desprovidos de interesse político-partidário, eleitoreiro e mesquinho, sucumbiremos e nos restará mesmo ter que trocar todas placas de várias favelas por uma única de Complexo.

Mãos a obra, gente! Vamos realmente concentrar os esforços numa força tarefa público-privada, resgatando o que um dia já existiu e funcionou muito bem. Salvemos o Rio!

Presidente da ABOTTC (Associação Brasileira dos Operadores de Trens Turísticos), diretor-presidente do Trem do Corcovado, conselheiro da Câmara Empresarial de Turismo da CNC e do Movimento de Preservação Ferroviária e integrante do Conselho Estadual de Turismo do RJ.

Day Trade

GASTO PÚBLICO

Municípios gastam R$ 6,5 bilhões com tarefas que deveriam ser de responsabilidade dos estados e da União.

GASTO PÚBLICO 2

As receitas compartilhadas com estados e municípios caiu para 44,35% da arrecadação. Em 1988, esse índice era de 76% dos recursos administrados pela Receita Federal.

PRIVATIZAÇÕES

Entre 1996 e 2004, as privatizações de estatais estaduais abrangeram 40 empresas. Os setores de energia, gás, saneamento, telecomunicações, financeiro e transporte renderam R$ 34,9 bilhões. As companhias de energia elétrica responderam por 74% desse valor.

TRABALHO FORMAL

Segundo estatísticas do IBGE e do Ministério do Trabalho, a geração de empregos com carteira assinada só começa a ser expressiva quando os índices de crescimento econômico ultrapassam 3,5% ao ano.

PREVISÕES

O mercado financeiro manteve praticamente estáveis as previsões médias dos indicadores macroeconômicos nacionais relativos a 2005. Para o crescimento do PIB, a média das expectativas aponta crescimento de 3,3% neste ano. Para 2006, a estimativa média permaneceu em 3,5%.

META MAIOR

Segundo o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan (foto), a nova meta para as exportações brasileiras é atingir o montante de US$ 117 bilhões em 2005. A previsão anterior do Ministério era de US$ 112 bilhões.

INVESTIMENTOS EXTERNOS

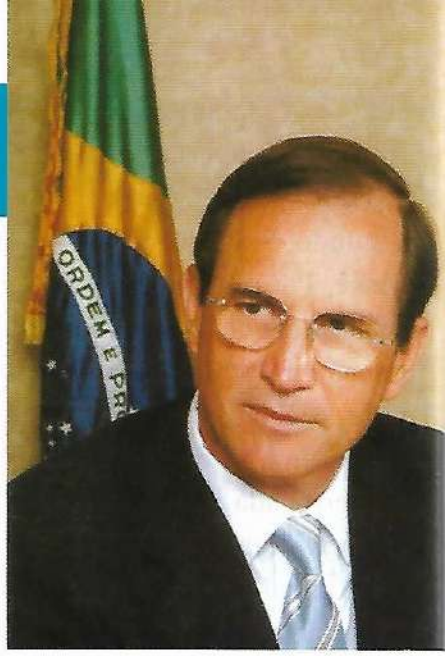
Segundo a *World Investiment Report* (WIR 2005) o Brasil avançou cinco posições no *ranking* global e passou para décimo lugar na atração por investimentos externos.

LICITAÇÃO

A Petrobras Transporte (Transpetro) lançou recentemente o Programa de Modernização da Frota Nacional de Petroleiros, com o processo de licitação da maior encomenda de navios feita no Brasil. Serão 42 petroleiros de grande porte envolvendo recursos da ordem de US$ 1,9 bilhão.

LICITAÇÃO 2

O Programa vai gerar 20 mil empregos na fase de construção. Todos os navios serão fabricados no Brasil e pelo menos 65% de seus componentes serão nacionais. Serão utilizadas 290 mil toneladas de aço, 125 mil toneladas de tubos, mais de 6 milhões de litros de tintas e 2.200 quilômetros de cabos elétricos.



BALANÇA

A balança comercial acumulou no ano, até início de outubro, superávit de US$ 33,746 bilhões. No período, as exportações somam US$ 89,546 bilhões e as importações, US$ 55,8 bilhões. As informações são da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento (Secex).

SELIC 2005

Nos últimos 3 meses do ano, os analistas financeiros continuam a prever cortes mensais de 0,5 ponto percentual no juro básico da economia. Atualmente, a taxa é de 19,5%. Se a previsão se concretizar, fecharíamos em 18% ao ano.

SELIC 2006

Em 2006, as estimativas apontam para uma Selic média de 16,50% anuais e para taxa de 16% ao final do ano.

IMIGRANTES

Quase 200 milhões de pessoas, que trabalham fora dos seus países, remetem anualmente cerca de U$ 240 bilhões para suas famílias nas nações de origem.

MESADAS

Os jovens com idade entre 14 e 22 anos vão consumir R$ 30 bilhões até o final de 2005. O estudo realizado pela administradora Store Shopping, a partir de dados fornecidos pelo IBGE.

CELULARES

País pode fechar 2005 com 88 milhões de telefones celulares. Os dados divulgados pela Anatel mostram que, em setembro, foram realizadas 1,049 milhão de novas habilitações de celulares, totalizando o recorde de de 14,391 milhões de novos clientes nos nove primeiros meses do ano. Em 2004, no mesmo período foram 11,178 milhões.

QUARTO TRIMESTRE

O cenário não é positivo para as estimativas de produção. De acordo com estudo da FGV, caiu de 45% para 38% a parcela das empresas entrevistadas que espera aumento da produção no último trimestre do ano. Ao mesmo tempo, subiu de 19% para 28% a parcela das companhias entrevistadas que espera diminuição da produção no quarto trimestre.

G-20

Países emergentes sugeriram a OMC um corte de até 80% nos subsídios de países ricos e pediram maior acesso a mercados agrícolas.

TEXTIL

A Springs Global, nova gigante têxtil do mercado de cama, mesa e banho criada recentemente com a fusão entre o grupo brasileiro Coteminas e o americano Springs Industries, buscará ganhos de US$ 50 milhões a US$ 100 milhões nos próximos 24 meses.

INFRA-ESTRUTURA

Estado do Rio deixou de ter investimentos de R$ 88 milhões. O arco rodoviário e as obras do porto estão entre as que não receberam nenhum dinheiro até agora.

INFRA-ESTRUTURA 2

Especialistas afirmam que o país precisa investir entre 4% e 6% do PIB em infra-estrutura para viabilizar o crescimento da economia a longo prazo.

INFRA-ESTRUTURA NA ITÁLIA

Ao custo de U$3,8 bilhões, um consórcio liderado pela italiana Impregliio irá construir uma ponte suspensa para ligar a costa continental à ilha da Sicília.

MICRO E PEQUENAS

Dados do Sebrae mostram que a partipação dessas empresas no comércio exterior não chega a 3% do total das vendas nacionais. Em países desenvolvimento esse índice ultrapassa 60%.

BANCO

O Brasil é mercado prioritário na nova estratégia internacional do Bank of America (BofA), controlador do BankBoston. Dois anos depois da fusão com o Fleet Boston, o BofA está mudando sua atuação fora dos Estados Unidos, concentrando-se em poucos mercados de grande porte, como China, Brasil, México e Reino Unido.

VALE

A Companhia Vale do Rio Doce pretende emitir, através de sua subsidiária integral, a Vale *Overseas Limited*, US$ 500 milhões em bônus com prazo de 40 anos no mercado internacional. Segundo o presidente da companhia, Roger Agnelli, esse montante ainda pode aumentar ou diminuir.

PAGAMENTOS

As amortizações da dívida externa em 2006 serão as menores dos últimos seis anos, em virtude da redução do endividamento ocorrido desde a adoção do regime de câmbio flutuante, em 1999. Os pagamentos de compromissos de médio e longo prazos projetados pelo Banco Central (BC) somam US$ 25 bilhões, o que representa uma queda de 24,69% em relação aos US$ 33,2 bilhões previstos para este ano.

Perfil Corporativo

LIGHT

Em 1908, operários colocam os trilhos de bonde na avenida Marechal Floriano.

HISTÓRIA

Fundada em 1899, no Canadá, a Light instalou-se no Brasil no final do século XIX, primeiramente em São Paulo. Ao longo de todo o século XX, além de promover a substituição da iluminação pública a gás por uma rede de geração e distribuição de energia elétrica, foi responsável, tanto no Rio quanto na capital paulista, pela implantação dos sistemas de telefonia e gás canalizado, como também pela introdução e administração do bonde eletrificado, o meio de transporte mais popular de ambas as cidades até meados do século passado.

Inaugurado em 1912, o prédio da antiga sede da Light incialmente abrigava uma garagem para guardar os bondes. Em 1984, passou a se chamar Edifício Negrão de Lima. O prédio foi tombado em 1988, e hoje abriga o Centro Cultural Light e escritórios da empresa. De 1907 a 1961, a Light foi responsável também pelo desenvolvimento da telefonia no Rio de Janeiro, prestando este serviço através da antiga Companhia Telefônica Brasileira. Em 1929, a cidade ganhou o serviço telefônico automático, que funcionava na estação da Rua Alexandre Mackenzie, no Centro. Além dos bondes, dos serviços de energia elétrica e telefonia, a empresa passou a atuar, a partir de 1918, no transporte por ônibus, quando inaugurou uma linha que ligava a Praça Mauá ao Palácio Monroe, através da Avenida Rio Branco. Inaugurada pela Light em 1926, a Viação Excelsior teve participação importante no desenvolvimento do transporte coletivo do Rio de Janeiro. A primeira linha da empresa a funcionar foi a Clube Naval - Forte de Copacabana e dispunha de sete carros e era dividida em dois trechos: o primeiro ia até o Pavilhão Mourisco e o segundo seguia até o destino final em Copacabana.

Além dos bondes, dos serviços de energia elétrica e telefonia, a empresa passou a atuar, a partir de 1918, no transporte por ônibus, quando inaugurou uma linha que ligava a Praça Mauá ao Palácio Monroe, através da Avenida Rio Branco.

A Viação Excelsior foi precursora em vários aspectos do serviço de ônibus. Foi a empresa que introduziu em sua frota alguns veículos de dois andares que receberam da população carioca o carinhoso apelido de "chope duplo". Criou também a figura do trocador, os horários certos, o preço da passagem divididos por seções do itinerário e as famosas "cigarras", campainhas utilizadas pelos passageiros para parar os veículos. Os ônibus da Excelsior eram construídos nas oficinas da Light, inicialmente na Avenida Lauro

Muller, e, após 1930, em Triagem, onde trabalhou um de seus empregados mais famosos, jogador de futebol Dario, o Dadá Maravilha.

O funcionário mais antigo em atividade na empresa, Aníbal Veloso, que completa 50 anos de atividade em janeiro de 2006, tem boas memórias do tempo que começou na Light: "Entrei como eletricista para trabalhar na implantação dos mecanismos que possibilitaram a realização de reparos na rede elétrica sem precisar desligá-la. Era um trabalho inovador para a época. Mudou a maneira da empresa trabalhar. Outro grande orgulho que tenho é que atualmente meu filho Andre Veloso também trabalha na Light. Formou-se como engenheito elétrico com mestrado e já trabalha na

Na década de 20, o bonde Águas Férreas fazia o trajeto Cosme Velho/Estrada de Ferro Carril do Corcovado, serviço operado pela Light de 1906 a 1970.

Neste cenário, "altas" e "baixas" são encaradas da mesma forma:

Em estado de êxtase

O trajeto é magnífico, o passeio: Deslumbrante. Visite o Trem do Corcovado e viva toda atmosfera de um dos cartões postais mais bonitos do mundo.

Trem do Corcovado

Beleza a cada estacao.

Rua Cosme Velho, 513

Rio de Janeiro Tel: 21 - 2558-1329

www.corcovado.com.br

aprocomunicação

empresa há 3 anos", afirma Aníbal para depois completar:"quando entrei na Light a empresa ainda administrava os bondes da cidade."

Hoje, a Light já não provê ao carioca os serviços de telefonia, transporte e gás, cujas concessões expiraram em 1961, 1963 e 1966, respectivamente. A Estrada de Ferro do Corcovado, no Rio de Janeiro, que foi administrada pela Light desde 1906, deixou de pertencer a empresa em 1970. Em compensação, além de gerar parte da energia consumida - seu parque gerador é composto hoje por 5 usinas hidrelétricas e 2 elevatórias, além de 1 termoelétrica em construção e mais 4 usinas geradoras em fase de licenciamento - e de distribuir eletricidade para toda a cidade e outros trinta municípios fluminenses, ela abastece com a água potável proveniente de seu reservatório em Lajes nada menos que 96% da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Após um longo período em que esteve sob a administração do governo do estado, a Light foi novamente privatizada, através de leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1996. Arrematada por três multinacionais - a Eletricité de France-EDF (majoritária, com 60% das ações) e as americanas AES Corporation e Reliant Energy - , além da Companhia Siderúrgica Nacional. Em fevereiro de 2002, concluiu-se o processo de restruturação societária, que resultou na consolidação da EDF no bloco de controle da empresa. A empresa passou a integrar plenamente o grupo francês.

CENTRO CULTURAL LIGHT

Uma das melhores expressões do cuidado com que a Light trata o resgate do passado e contribui para o futuro do Rio de Janeiro é o Centro Cultural Light (CCL), construído no ínicio dos anos 90 no prédio histórico da sede da empresa, no Centro. Guardião de um rico acervo histórico sobre a companhia, a cidade e o estado, o CCL já teve no apoio às artes um de seus principais focos. Atualmente, entre várias atividades educacionais, dedica-se a um projeto denominado Centro Cultural Light para Estudantes, onde as crianças podem aprofundar seus conhecimentos sobre a história da eletricidade e da Light. Iniciado em junho de 2002, já beneficiou cerca de 100 mil estudantes e professores."São vários espaços onde os estudantes são guiados por estagiários graduandos em história e assistem a uma peça teatral. A visita dura cerca de 3 horas e eles visitam ambientes equipados com equipamentos multimídias que exibem vídeos e fotografias, cujo o foco principal é contar a história da cidade, da empresa e da eletricidade. O objetivo é mostrar, através de maquetes, como a humanidade obtém energia elétrica, desde os seus primórdios até os dias de hoje, mostrando como ela chega na casa da gente", explica Luciane Bacil, gerente do Centro Cultural Light.

Atualmente, entre várias atividades educacionais, dedica-se a um projeto denominado Centro Cultural Light para Estudantes, onde as crianças podem aprofundar seus conhecimentos sobre a história da eletricidade e da Light.

O CCL cuida ainda da preservação e disponibilização para pesquisa dos acervos históricos, textual e fotográfico da empresa. "A idéia primordial do Centro Cultural é mostrar aos estudantes e visitantes em geral a importância da história e da atuação de uma empresa centenária. Sua evolução e a maneira como ela influenciou no crescimento do país ao disponibilizar ferramentas fundamentais para o desenvolvimento tecnológico, social e econômico do Brasil", completa Luciane.

INSTITUTO LIGHT

Segundo o site do instituto: "Seu objetivo fundamental é veicular idéias e propostas inovadoras para enfrentar os problemas do crescimento, muitas vezes desordenado, desses organismos vivos, imensos, complexos, ricos, criativos, encantadores, e perturbadores, chamados cidades. O Instituto Light, através de seus diversos campos de atuação é, também, um espaço de participação e colaboração, oferecendo, sempre que possível, idéias inovadoras para as cidades, especialmente aquelas da região do Rio de Janeiro."

O Instituto Light busca atrair um público constituído por dirigentes e técnicos do setor público, políticos, empresários e segmentos sociais organizados, além de pesquisadores e estudantes de níveis e campos disciplinares diversos, cujo interesse sejam as cidades.

ENERGIA CIDADÃ

Em sintonia com o esforço global para uma melhor utilização dos recursos de energia, a Light aplicou, durante 2004, cerca de R$ 6,7 milhões em projetos de eficiência energética, buscando não só uma racionalização no uso da energia elétrica, mas também propiciar melhoria nos serviços prestados. Segundo Marcia Coutinho, gerente de atendimento do projeto Comunidade Eficiente: "No ano passado, as 500 moradias do Caju e do Vidigal, em que foram feitas as reformas elétricas, registraram uma queda de consumo médio de 250,9 KWh para 184,8 KWh, o que representou uma economia média de R$ 40,00 mensais nas contas de luz."

Com objetivos educacionais, esse projeto tem como objetivo a conscientização sobre o uso eficiente da energia elétrica em comunidades carentes. Até o final de 2005, na segunda etapa do trabalho, segundo Marcia Coutinho: "A Light selecionará as 4.450 moradias com as instalações elétricas mais precárias e fará, gratuitamente, reformas para reduzir a perda de energia, os riscos de acidentes e incêndio e orientar os moradores sobre como aumentar a entrada de luminosidade natural e de ventilação nas partes internas, permitindo assim a economia de energia."

AÇÕES SOCIAIS

A Light vem realizando várias ações com impacto positivo para as comunidades atendidas pela empresa. As ações solidárias, como campanhas internas para doação de alimentos para O Natal sem Fome, criado pelo sociólogo Betinho. O convênio com a Associação Niteroiense de Deficientes Físicos (Andef) para utilização de profissionais nas atividades de atendimento ao público, como as agências e o Disque-Light.

O programa Meninos do Rio, feito em parceria com a Fundação São Martinho, prepara jovens carentes para uma integração ao mercado profissional. O trabalho conjunto com a mesma fundação no projeto Educação para o Meio Ambiente resultou ainda em um dos mais importantes prêmios ganhos pela Light em 2003: o do concurso Troféus do Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa do Grupo EDF, que mobilizou profissionais de vários países e avaliou cerca de 500 projetos até o resultado final.

MEIO AMBIENTE

Os investimentos da Light na preservação do meio ambiente começaram praticamente junto com a implantação da empresa no Brasil no início do século passado. Segundo o engenheiro Luis Antônio Braga, há quase 30 anos na empresa, atualmente gerente de Meio Ambiente e Segurança Industrial: "O trabalho começou em Ribeirão das Lajes, muito antes de existir a legislação ambiental no país. Em 1907, a empresa mantinha viveiros de mudas com intuito de estudar e preservar algumas espécies nativas daquela região onde ela atuava."

O projeto de reflorestamento, iniciado há 13 anos, tem como objetivo a recuperação de aproximadamente 450 hectares de Mata Atlântica, envolvendo atividades de plantio e manutenção das áreas já reflorestadas. Foram priorizadas as regiões no entorno dos reservatórios das hidrelétricas da empresa, com benefícios para a qualidade da água nas bacias hidrográficas da região."Desde 92, já plantamos cerca de 3 milhões de mudas numa região extremamente agredida que é onde se encontra a Mata Atlântica. A devastação provocada pelo ciclo do café foi tão grande que atualmente não existem áreas contínuas de vegetação. São exatamente esses corredores de biodiversidade que estamos tentando recuperar", finaliza Braga.

CONTROLE ACIONÁRIO

A Light é uma empresa de distribuição de energia. Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital. Com 3,4 milhões de clientes, privatizada em 1996, a companhia investiu, até 2004, mais de R$ 3,5 bilhões em melhorias na rede elétrica e expansão dos serviços e, até 2007, serão desembolsados mais cerca de R$ 1 bilhão. Atualmente a empresa produz em suas usinas cerca de 18% do total da energia que distribui. O restante vem de Furnas e Itaipu. Sua área de concessão chega a 25% do estado, para onde fornece 75% da energia consumida.

A empresa pertence ao Grupo Electricité de France (EDF), líder em geração e distribuição de eletricidade no mundo, o grupo (EDF) fornece energia e serviços para 42,1 milhões de clientes em 24 países, sendo 36,2 milhões na Europa . Em 18 de julho de 2002, foi homologado o aumento de capital da companhia de R$ 995.369.444,07 para R$ 3.345.369.460,07, mediante emissão de 23.979.592.000 novas ações ordinárias. O Grupo EDF subscreveu 23.544.510.717 ações ordinárias passando a deter, portanto, 94,50% da totalidade das ações representativas do capital social da Light. Desde a sua criação, em 1946, a EDF é o maior agente do mercado francês de energia. Em 2004, as vendas consolidadas do grupo chegaram a 46,9 bilhões de euros.

NOVO MERCADO DA BOVESPA

Em julho desse ano, a Light iniciou uma nova etapa ao ingressar no Novo Mercado da Bovespa, passando os seus papéis para este segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa e transparência adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. Em cerimônia realizada na Bovespa, o presidente da Light, Jean-Pierre Bel, destacou que a entrada da companhia no novo nível de negociação da bolsa está em sintonia com a política de transparência e abertura da Eletricité de France (EDF), controladora da concessionária, que abrirá capital em novembro na Bolsa de Paris, após 60 anos de atuação no mercado de energia.

A empresa deve manter em circulação uma parcela mínima de ações representando 25% do capital (*free float*), porcentagem que precisa ser atingida num prazo máximo de três anos. Hoje a Light tem 5,2% das ações em mercado. A concessionária de energia é a 14ª empresa a integrar o Novo Mercado, sendo a terceira do setor elétrico, e a 57ª a participar do Índice de Ações com Governança Corporativa (IGC).

Concluída esta importante etapa para a liberação do crédito de R$ 727 milhões em debêntures conversíveis em ações do Programa de Apoio do BNDES, a EDF analisará, até o fim do ano, novas alternativas para fortalecer a Light, que podem contemplar novos sócios para o negócio. Na última segunda-feira, a controladora converteu em capital uma dívida da controlada de cerca de US$ 400 milhões. No mesmo dia, a Light assinou o contrato final de renegociação da dívida de US$ 660 milhões com oito bancos e sete fundos de hedge. De acordo com o diretor de Relações Institucionais e com Investidores da empresa, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, "a Light vive agora o *day after* da renegociação, saindo do *default* e reequilibrando financeiramente o fluxo de caixa da concessão".

A empresa pertence ao Grupo Electricité de France (EDF), líder em geração e distribuição de eletricidade no mundo, o grupo (EDF) fornece energia e serviços para 42,1 milhões de clientes em 24 países, sendo 36,2 milhões na Europa

Auditoria e Contabilidade

*Henrique Luz**

Auditores: agentes importantes para a credibilidade dos mercados

Dentre todos os agentes que parte importante exercem nos mercados de capitais, muito provavelmente os auditores representam a profissão que mais profundamente se criticou e se regulou no curso dos últimos quatro anos. E isso, como resultado da enorme exposição que teve, justa ou injustamente, por ocasião dos grandes escândalos corporativos ocorridos no mercado internacional. É certo que erros importantes foram cometidos. Mas, é certo também que o entendimento médio sobre o que um auditor faz, como se forma, como passa a poder exercer sua profissão, seus objetivos, os cuidados de que se cerca, o zelo com que leva a cabo sua missão, é inadequado. Além disso, houve o exagero das críticas generalistas, pouco fundamentadas. Enfim, seja no erro, seja na falta de entendimento geral do público sobre a profissão, os auditores decidiram por dar exemplo efetivo e se auto-regular.

Seguindo-se a uma profunda reflexão sobre as normas em vigor, novas medidas de aprimoramento dos controles internos nas firmas de auditoria foram implementadas trazendo ainda mais eficácia aos sistemas. Ademais, no plano profissional, normas foram emitidas visando incrementar a transparência para o mercado e para a comunidade.

A inserção do Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI), com seus correspondentes exames de suficiência, tornou-se referência para o mercado. Somente auditores com comprovada capacitação técnica são licenciados para realizar trabalhos nas entidades reguladas pelo Banco Central (BC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Há mais interação, hoje, entre o Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a CVM e o BC na emissão dos pronunciamentos técnicos. Os novos pronunciamentos têm trazido foco de convergência dos princípios contábeis brasileiros com os *International Financial Reporting Standards (IFRS).*

Ademais, as estruturas dos departamentos técnicos e de qualidade das firmas de auditoria ganharam mais relevo, conseqüência dos riscos potencializados pelas fraudes e por associações com clientes de risco. Estas estruturas se especializaram profundamente em assuntos relacionados com gestão de riscos e de

independência, além dos tópicos técnicos de contabilidade e auditoria.

Em 2003, a profissão adotou a Educação Profissional Continuada (EPC), rapidamente consolidada como realidade. Para que um auditor continue a poder prestar serviços profissionais em entidades reguladas pela CVM ou BACEN, ele precisa cumprir um determinado número de créditos anuais de horas de treinamento. Plenamente consolidados nos últimos 3 anos, a EPC é modelo do compromisso público do auditor pela atualização técnica contínua e permanente.

Iniciado em 2002 no Brasil, a chamada revisão por pares já havia sido introduzida nos EUA há muitos anos. Os processos de revisão entre as próprias firmas de auditoria constituem-se em prática importante para a crítica do *modus operandi* técnico das firmas. A profissão tem mostrado amadurecimento na exposição de sua operação para críticas de seus próprios concorrentes, associando boas experiências às suas práticas operacionais.

O segundo rodízio de firmas de auditoria no âmbito do BACEN está previsto para acontecer em 2006. No ano passado, tivemos os primeiros rodízios compulsórios nas empresas reguladas pela CVM. A profissão de auditor independente, seja reunida no IBRACON ou no CFC, sempre se mostrou claramente contrária à imposição deste mecanismo. Os auditores entendem, a exemplo de seus colegas e mesmo reguladores de outros países com mercados de capitais mais desenvolvidos, que mudar as firmas de auditoria com a freqüência aqui determinada traz um significativo aumento de risco aos processos. Isso por que uma boa auditoria pressupõe conhecimento. Conhecimento do segmento econômico da empresa e familiarização com o ambiente de controle dos clientes. De qualquer forma, as autoridades já podem melhor avaliar, a partir de seus resultados efetivos, a eficácia do rodízio de firmas de auditoria. É preciso que, ao avaliar essa iniciativa, se tenha presente que o objetivo argumentado pelos defensores do mecanismo – que, repito, a profissão contábil entendeu, e entende, de alto risco – foi o de "coibir fraudes e diminuir erros contábeis nas demonstrações financeiras". A conseqüência prática mais visível, no Brasil, foi a maior concentração de mercado pelas grandes firmas. Com uma exagerada redução média dos honorários. E isso não contribui para uma melhor auditoria. Muito ao contrário.

Nos EUA, os dispositivos determinados pela *Lei Sarbannes-Oxley* e normatizados pelo *Public Company Accountant Oversight Board* (PCAOB), além de regulamentarem as responsabilidades legais dos *Audit Committees,* implementaram importantes conceitos no mercado como os processos de pré-aprovação de serviços de consultoria, o novo parecer de auditoria sobre o ambiente de controles internos e a nova sistematização de documentação de auditoria, elaborada com foco para apresentação a terceiros.

As práticas de divulgação estão constantemente sendo aperfeiçoadas em consonância com um mercado leitor cada vez mais sofisticado e demandante de informações. Afinal, estamos na era da transparência e da boa governança.

A profissão tem a consciência absoluta do dever cumprido para com a sociedade. E mais, está permanentemente em busca do aprimoramento de suas metodologias, da tecnologia aplicada, da atualização técnica de seus profissionais e da melhor comunicação com os usuários de demonstrações financeiras. Sem modéstia, os auditores têm sabido fazer seu dever de casa.

**** Sócio da PricewaterhouseCoopers***

Expediente

IBEF- Rio - *Criado em 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, O IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças é uma entidade de utilidade pública federal, estadual e municipal, sem fins lucrativos, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.*

Avenida Rio Branco 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20040-003 - Telefone: (021) 2282-1233 / www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2005/2007 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DIRETOR
Presidente em exercício - Luiz Leonardo Cantidiano
Presidente licenciado – Márcio João de Andrade Fortes
Vice-Presidentes: Roberto Lima Netto, Ana Cristina França de Souza, Gustavo Tavares da Cunha Mello, José Carlos Monteiro, José Octávio Vianello de Mello e Ricardo E. Vieira Coelho

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Chouin Varejão

CONSELHO CONSULTIVO
Reynaldo Vilardo Aloy, Ney Roberto Ottoni de Brito, Ary da Silva Graça Filho, Theóphilo de Azeredo Santos, Orlando Galvão Filho, Marcos Chouin Varejão e Valmar Paes

CONSELHO FISCAL
Presidente: Henrique José Fernandes Luz
Membros: Fernando Marotta, Oswaldo Barbosa Pereira
Suplentes: Aírton Soares Calçada, José Carlos Gonçalves Sobral, Mônica Oliveira Costa Bendia

Revista IBEF RJ - Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Théophilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Edição
Editora Scientia
Avenida Rio Branco, 108 / sala 2008 –Centro
Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-001
(021) 4503-4139
revistaibef@editorascientia.com
Jornalista Responsável
Marcelo Bacellar MTB 25315
jornalismo@editorascientia.com

Programação Visual e Diagramação
Visual.art - Design
Marcelo Muniz
marcelo@visual.art.br
Revisão
Carla Siqueira
Fotografias
Marcelo Bacellar
Steverson Faria
Acervo Light / Arquivo

Cartas
biancacruz@ibefrio.org.br
Distribuição
Daise Goulart
daiselucide@ibefrio.org.br
Publicidade e Marketing
Espaço EC – Editora e Comunicação
Diretor: Eduardo Cantidiano
Celular: (21) 9619-0771
e.cantidiano@openlink.com.br
Jornalista: Vilma Goulart

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Associe-se ao IBEF-Rio

Com 34 anos de tradição, o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças é uma Entidade de Utilidade Pública que visa facilitar o networking e intercâmbio entre empresários e executivos.

O Instituto realiza almoços-palestras com conceituados profissionais, oferece programas de treinamento e seminários além de possibilitar o aluguel de salas com infra-estrutura de alta tecnologia e serviços diferenciados para eventos empresariais.

O associado IBEF-Rio desfruta de descontos e promoções exclusivas através de nosso programa de benefícios. Confira a programação de cursos e a lista de empresas que fazem parte do Programa de Benefícios em nosso site.

Retire sua proposta de admissão na secretaria do IBEF-Rio ou acesse www.ibefrio.org.br

Av. Rio Branco, 156 - 4º andar - Ala C - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2282-1233

A força do mercado de capitais

Luiz Leonardo Cantidiano

Foi com enorme satisfação que li, na imprensa, notícia de que o volume de recursos captado, pelo setor produtivo, em nosso mercado de capitais, deve alcançar, no final deste ano, a expressiva soma de R$ 70 bilhões, superando o montante financiado pelo BNDES (que deve alcançar R$ 50 milhões).

Sempre acreditei na importância do mercado de capitais como fonte de recursos para financiar o crescimento e a modernização das empresas sediadas em nosso país e, por conseqüência, contribuir, de forma decisiva, para nosso desenvolvimento econômico. Não podemos prescindir da expansão ordenada da poupança doméstica e de seu direcionamento para investimentos produtivos, que possam gerar riquezas e empregos.

Como tive a oportunidade de afirmar, quando da transmissão do cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), "não pode o empresário nacional, desejoso de expandir seu negócio e modernizar-se, ficar refém do financiamento bancário, cada vez mais escasso e mais oneroso, nem depender de recursos externos, que podem levá-lo, como ocorreu em passado recente, a estrangulamentos decorrentes da eventual e transitória depreciação da moeda nacional. Como sabemos, o país necessita, com urgência, desenvolver os mercados primário e secundário de valores mobiliários, de modo a permitir que o investidor seja estimulado a direcionar sua poupança à subscrição de novos valores mobiliários de emissão das companhias abertas, certo de que, quando necessário ou desejável, terá liquidez para desfazer-se do seu investimento".

Todo o trabalho que a eficiente e preparada equipe de técnicos da CVM vem desenvolvendo ao longo dos últimos anos teve por objetivo precípuo colocar à disposição dos diversos agentes econômicos um ambiente regulatório, diversificado e moderno, que permitisse agilizar, a um custo mais baixo, os procedimentos de oferta de valores mobiliários no mercado interno.

Consciente de que muito do renascimento de nosso mercado deriva da correta administração da política econômica, com a manutenção da estabilidade, estou convencido de que o crescimento do mercado de capitais também é fruto de um trabalho relevante que vem sendo desenvolvido pela Bovespa, no sentido de alargar sua base, atraindo a participação, cada vez maior, de investidores individuais, e de reforçar a proteção dos investidores, com a implantação de segmentos especiais de negociação, que asseguram melhores práticas de governança, assim como do eficiente trabalho da CVM de modernização do ambiente regulatório. Estou confiante de que ingressamos numa fase de círculo virtuoso de nosso mercado, permitindo, assim, que ele possa cumprir sua função econômica primordial: prover recursos para que os agentes econômicos possam realizar seus investimentos de maneira segura e continuada.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. UMA EMPRESA QUE MOSTRA O CAMINHO DAS PEDRAS PARA O BRASIL.

Para a Vale o caminho das pedras é também o caminho da exportação, da geração de empregos e de investimentos. As atividades da Companhia Vale do Rio Doce criam oportunidades de desenvolvimento em mais de 450 comunidades de 14 estados brasileiros. É a empresa privada que mais contribui para o saldo da balança comercial, gerando mais de 32.000 empregos diretos no país. A Vale está entre as quatro maiores empresas da indústria de mineração e metais do mundo, com atuação em cinco continentes abastecendo o mercado com produtos que dão origem a uma infinidade de objetos presentes no dia-a-dia de milhões de pessoas. A Vale é a maior operadora de serviços de logística do Brasil e a maior produtora de minério de ferro e pelotas. É também uma das principais produtoras de manganês, ferroligas, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim e cobre, o que faz dela uma empresa de mineração diversificada e global.

www.cvrd.com.br

Companhia
Vale do Rio Doce

mpm

Você não precisa mais pensar sozinho no seu futuro. A SulAmérica e o IBEF estão com você.

O IBEF fez uma parceria com a SulAmérica para oferecer a você condições exclusivas na contratação de um plano de previdência. Com o IBEF PREV você tem taxa de administração diferenciada, taxa de carregamento que pode chegar a zero, liberdade de opção entre os Planos PGBL e VGBL, e ainda conta com uma equipe de especialistas altamente qualificados. Procure já o IBEF e tenha um futuro mais seguro.

IBEF:
(21) 2282-1233
ibefprev@ibefrio.org.br

IBEF
INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

SulAmérica
associada ao ING